

Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de Ciência Política
Programa de Pós-graduação em Ciência Política - PPGCP

Heloá Costa Landim

Impacto da Corrupção na Confiança Institucional: como características individuais ajudam a moldar essa relação?

Recife
2014

Heloá Costa Landim

Impacto da Corrupção na Confiança Institucional: como características individuais ajudam a moldar essa relação?

Dissertação apresentada como requisito obrigatório para obtenção do grau de Mestre em Ciência Política, área de concentração em Estado e Governo, do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Borges Gama Neto
Coorientadora: Profa. Dra. Mariana Batista da Silva

Recife
2014

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

L257i Landim, Heloá Costa.
Impacto da corrupção na confiança institucional : como características individuais ajudam a moldar essa relação? / Heloá Costa Landim. – Recife, O autor, 2014.
63 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Borges Gama Neto.
Coorientadora: Profª. Drª. Mariana Batista da Silva.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-graduação em Ciência Política, 2014.
Inclui referências.

1. Ciência Política. 2. Corrupção. 3. Corrupção na política - Brasil. 4. Percepção social. 5. Confiança. I. Gama Neto, Ricardo Borges (Orientador). II. Silva, Mariana Batista da (Coorientadora). III. Título.

320 CDD (22.ed.) UFPE (BCFCH2015-03)

Autora: Heloá Costa Landim

Impacto da Corrupção na Confiança Institucional: como características individuais ajudam a moldar essa relação?

Dissertação apresentada como requisito obrigatório para obtenção do grau de Mestre em Ciência Política, área de concentração em Estado e Governo, do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco

Aprovada em: 03/11/14

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Ricardo Borges Gama Neto
Universidade Federal de Pernambuco
(Orientador)

Prof. Dr. Adriano Oliveira dos Santos
Universidade Federal de Pernambuco
(Suplente Interno)

Prof. Dr. Mauro Victoria Soares
Universidade Federal de Pernambuco
(Examinador Interno)

Profa. Dra. Michelle Vieira Fernandez de Oliveira
Universidade Federal de Pernambuco
(Suplente Externo)

Profa. Dra. Mariana Batista da Silva
Universidade Federal de Pernambuco
(Examinadora Externa)

RESUMO

Este trabalho tem o objetivo de investigar se a corrupção, mais especificamente, as percepções de corrupção dos brasileiros, impactam o nível de confiança institucional que estes alegam depositar no Congresso, nos partidos políticos e na Presidência do Brasil. Para a consecução desse objetivo, são utilizados dados do *survey* “Barômetro das Américas (2012)” para o Brasil. Os dados são apresentados por meio de uma análise descritiva, que precede os testes estatísticos. Mais precisamente, como a variável dependente de nível de confiança institucional é do tipo categórica ordinal, é utilizado o teste de regressão logística ordinal. Os achados do trabalho trazem evidências que sustentam a hipótese de que as percepções de corrupção dos entrevistados impactam negativamente o nível de confiança nas instituições analisadas. A percepção dos brasileiros do nível de combate a corrupção pelo governo federal é a única variável de corrupção que produz um efeito estatisticamente significativo para todos os três tipos de confiança institucional testados. Antes de iniciar a análise empírica, contudo, é apresentada uma discussão a partir de trabalhos teóricos e empíricos que versam sobre o apoio político, a confiança institucional, suas causas e, por fim, sua relação com a corrupção.

Palavras-chave: Confiança institucional. Corrupção. Instituições.

ABSTRACT

The aim of this thesis is to investigate whether corruption, more specifically, the perceptions of corruption by Brazilians, impact on the level of institutional trust that they claim to deposit in Congress, in political parties and in the Presidency of Brazil. Data for this study were collected from the Americas Barometer survey 2012 in Brazil. The data are presented through a descriptive analysis that precedes the statistical tests. More precisely, since the dependent variable of level of institutional trust is of the ordinal category type, the ordinal logistic regression test was used. The findings of this study bring up evidences that support the hypothesis that the perception of corruption of interviewees negatively impacts on the level of trust in the analyzed institutions. The perception of Brazilians of the level of anti-corruption fight by the federal government is the only variable of corruption that produces a significant statistical effect for all three types of institutional trust tested. Before starting the empirical analysis, however, a discussion from theoretical and empirical studies that deal with political support, institutional trust, its causes and, finally, its relationship with corruption is presented.

Keywords: Institutional Trust. Corruption. Institutions.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 CONFIANÇA E APOIO POLÍTICO	11
3 CORRUPÇÃO E CONFIANÇA INSTITUCIONAL NO BRASIL	34
3.1 PROBLEMA DE PESQUISA E OBJETIVOS	34
3.2 HIPÓTESES.....	36
3.3 METODOLOGIA	36
4 ANÁLISE DESCRITIVA DOS DADOS	41
5 MODELOS ESTATÍSTICOS	50
5.1 RESULTADOS	52
5.1.1 CONFIANÇA NO CONGRESSO	52
5.1.2 CONFIANÇA NOS PARTIDOS POLÍTICOS.....	54
5.1.3 CONFIANÇA NA PRESIDENTA DA REPÚBLICA	56
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
REFERÊNCIAS	61

1 INTRODUÇÃO

Vários autores examinam os sistemas políticos na América Latina, ressaltando a baixa confiança que os latino-americanos parecem depositar em suas instituições (por exemplo, CRUZ-COKE, 2001; POWER e JAMISON, 2005; SCHNEIDER, 2003). Este trabalho pretende investigar a relação existente entre corrupção e confiança institucional, utilizando dados do “Barômetro das Américas (2012)” para o Brasil. Entre as várias suposições possíveis, as hipóteses levantadas aqui tratam a corrupção como variável explicativa do nível de confiança política. Além de testar essa hipótese, contudo, o estudo supõe que características no nível do indivíduo também podem ser úteis para a explicação da confiança.

Estudar a associação entre corrupção e confiança nas instituições políticas faz-se de extrema relevância e utilidade para a ciência política e, sobretudo, para a realidade empírica. A corrupção é uma prática que afeta diretamente a vida das pessoas, trazendo uma série de consequências prejudiciais ao sistema político. A existência de cidadãos confiantes nas instituições representativas de seu país, por sua vez, é fator imprescindível para a legitimidade de qualquer regime que se considere democrático. As duas principais variáveis da análise, portanto, são de extrema relevância social e, como será evidenciado na revisão, de notória importância teórica.

A confiança institucional, no entanto, faz parte de uma categoria maior, a do apoio político. Quando os cidadãos declaram que confiam nas instituições democráticas de seu país, eles, de certo modo, estão expressando seu apoio a essas organizações. O apoio político, no entanto, não é sinônimo de confiança institucional. Os indivíduos podem apoiar politicamente certos aspectos do sistema político sem, contudo, confiar nas instituições de seus países. Para esclarecer melhor essas particularidades, antes de tratar estritamente da confiança nas instituições, esta introdução tem o intuito de ingressar, de forma breve, na temática do apoio político.

De acordo com NORRIS (2011), o trabalho de EASTON (1965) é um marco teórico no estudo do apoio aos sistemas políticos. Esse autor teria percebido uma importante distinção entre dois níveis distintos de apoio do cidadão: um mais específico e outro mais difuso. O primeiro tipo refere-se ao apoio político que muda facilmente no curto prazo, com alterações nas políticas públicas e nos políticos incumbentes. Nessa categoria de apoio, os cidadãos parecem avaliar a performance de governos e de autoridades específicas. Nesse sentido, um

baixo suporte político poderia ser facilmente mitigado com mudanças nas autoridades e nas organizações públicas, sem maiores consequências para o regime como um todo.

O apoio difuso, de modo distinto, “representa sentimentos mais abstratos em relação ao estado-nação e suas agências” (NORRIS, 2011). Seria aquele tipo de suporte que os cidadãos depositam no regime e na comunidade política independentemente da existência de incumbentes corruptos e de políticas públicas decepcionantes. Esse último nível de apoio, geralmente medido por variáveis de orgulho e de identidade nacional, não costuma decair no curto prazo, brindando a democracia com a legitimidade necessária para a sua sustentação.

CRIADO e HERREROS (2007) consideram que a principal característica distintiva entre os dois tipos de apoio de Easton é que apenas o primeiro é centralizado na performance. Nesse sentido, o apoio dos cidadãos às instituições políticas seria considerado um exemplo de apoio específico. Os autores ainda afirmam que muitos trabalhos tem confirmado a ideia de que o apoio às instituições, seja medido pela satisfação, seja pela confiança, está altamente relacionado com variáveis de curto prazo, como as medidas de performance.

A análise que será executada nesta dissertação não trata das várias facetas do apoio político. Ao contrário, ela trata apenas do apoio institucional, mensurado aqui pela confiança nas instituições. A confiança é percebida da forma como NORRIS (2011) entende o termo *trust*, “refletindo uma crença racional ou afetiva na motivação benevolente e capacidade de performance”. Antes de começar propriamente a abordar a confiança nas instituições de forma específica, todavia, faz-se interessante versar, de forma introdutória, acerca da dinâmica do apoio político.

DALTON (1999), ao estudar o apoio político nas sociedades industriais avançadas, percebe que o seu primeiro desafio é esmiuçar o significado do conceito em análise. Neste trabalho, como se pretende investigar e explicar a confiança dos cidadãos brasileiros nas instituições políticas de seu país, um fenômeno mais específico porém inserido na categoria mais ampla do apoio político, também faz-se conveniente iniciar destrinchando e especificando quais os sentidos da expressão “apoio político”. De acordo com Dalton, uma dificuldade básica nos estudos sobre apoio político é justamente a existência de múltiplos significados para o termo. Como mostra o autor, é possível distinguir pelo menos cinco sentidos dentro de uma dimensão contínua que vai desde a avaliação das ações dos incumbente até a identificação com o estado-nação.

Além desses cinco níveis de apoio político, que são detalhados mais adiante, existiria uma distinção entre dois tipos de crenças políticas: *affective beliefs* e *evaluative beliefs* (ALMOND E VERBA, 1963 *apud* DALTON, 1999). Consoante Dalton, as crenças afetivas

envolveriam identificação com uma entidade, como apoio a partidos específicos e sentimentos em relação a determinados líderes políticos. Já as crenças avaliativas, seriam aquelas mais instrumentais, onde se avalia, por exemplo, a performance de instituições e as políticas empreendidas pelos representantes.

Para NORRIS (1999), assim como para Dalton, o apoio político às instituições estaria em um *continuum* que vai desde o nível mais abstrato do apoio à comunidade política até um nível mais concreto, o do apoio aos atores políticos. Faria sentido fazer essa distinção porque, como argumenta a autora, o próprio cidadão está atento para essa diferenciação. Afinal, as tendências de apoio a cada aspecto do regime variam longitudinalmente de forma dissemelhante. Em se tratando especificamente do apoio às instituições do regime, e não a comunidade política ou a ideais democráticos, a autora argumenta que encontram-se indícios da existência de uma tendência mundial declinante de apoio político.

Os cidadãos, segundo seus achados, estariam cada vez mais céticos em relação às principais instituições democráticas, sobretudo quando se trata de parlamentos, partidos e governos. Em contrapartida, a dimensão do apoio político relativa aos ideais e princípios democráticos não apresentariam essa tendência declinante, se demonstrando firme entre os cidadãos. Consoante NORRIS (1999), é justamente esse hiato entre valores democráticos e realidade dos regimes no mundo que teria contribuído para o surgimento dos *critical citizens*, indivíduos apoiadores dos princípios democráticos mas insatisfeitos com as estruturas tradicionais da democracia representativa.

Faz-se pertinente, todavia, quanto à eventual tendência declinante do apoio político no mundo, apresentar as possíveis explicações para o fenômeno. Dito de outro modo, faz-se importante investigar quais fatores sociais, econômicos e políticos podem influenciar e moldar os níveis de suporte político institucional dos cidadãos. Essa pergunta perpassa toda a presente análise. Aqui, claramente, busca-se explicar a confiança institucional com base numa abordagem baseada na performance institucional do governo, com foco na corrupção política. Faz-se obrigatório, no entanto, transitar, pelo menos de forma introdutória, por explicações alternativas para o objeto em foco. Também faz-se essencial esclarecer, como propõe essa introdução, que a confiança institucional é apenas um dos possíveis ângulos pelo qual pode-se estudar o apoio político.

Após esse debate preliminar, cabe destacar como este trabalho será estruturado, bem como citar seus objetivos. Como dito no início desta introdução, este estudo tem o propósito de investigar o efeito da corrupção sobre a confiança depositada pelos brasileiros nas instituições políticas. Além disso, ele se propõe a analisar o poder de algumas outras

características individuais de também impactar a confiança institucional. No próximo capítulo, destinado à revisão da literatura, dialoga-se com trabalhos interessados nas causas da confiança institucional, assim como no efeito da corrupção sobre essa variável. A partir dessa discussão, os capítulos subsequentes especificam os problemas, objetivos, hipóteses e metodologia que será empregada na análise empírica, entrando finalmente nos testes estatísticos e nos seus achados.

2 CONFIANÇA E APOIO POLÍTICO

Este capítulo tem o intuito de assinalar importantes trabalhos que abordam o tema da confiança e do apoio político, sobretudo aqueles que, como esta análise, focam na relação entre confiança e corrupção. A princípio, a temática iniciada na introdução, com a obra de NORRIS (1999) acerca da dinâmica do apoio político, será retomada. O objetivo é explorar e reconhecer as diferentes explicações para o fenômeno e, por conseguinte, indicar qual abordagem será aqui adotada. Na sequência, serão citados quatro tradicionais estudos sobre a confiança política: MILLER (1974), CITRIN (1974) e HETHERINGTON (1998) se interessam por sua relevância e suas implicações para os sistemas políticos; e WEATHERFORD (1987) foca na sua relação com variáveis de performance do governo, sobretudo com as de cunho econômico.

Em seguida, os trabalhos de MISHLER e ROSE (2001) e o de NEWTON (2006) investigam e discutem o efeito de duas teorias alternativas acerca da confiança política: as culturalistas / focadas no capital social e, de forma antagônica, as institucionalistas / centradas na performance política e econômica do governo. CRIADO e HERREROS (2007) é um estudo que mostra uma explicação alternativa ou, mais precisamente, complementar às teorias institucionalistas: eles trazem evidências de que os arranjos constitucionais podem influenciar a relação entre performance de governo e confiança política. Por fim, e talvez mais importante, são elencados alguns trabalhos que analisam, de forma muito específica, a interação entre confiança política e a corrupção (SÖÖT e ROOTALU, 20012; MORRIS e KLESNER, 2010; ANDERSON e TVERDOVA, 2003; HAKHVERDIAN e MAYNE, 2012; CHANG e CHU, 2006; SELIGSON, 2002; e POWER e JAMISON, 2005).

Em relação à tendência de declínio sugerida até então e à dinâmica do apoio político, NORRIS (1999) argumenta que existem quatro possíveis e conhecidas interpretações. Uma famosa abordagem é a do capital social, que tem em Putnam o seu maior expoente. Essa perspectiva salienta o importante papel da confiança social, a confiabilidade que os cidadãos depositam nos seus concidadãos, para a existência de engajamento cívico e, como consequência, para a confiança política. No livro de NORRIS (1999), o capítulo de NEWTON (1999), dedicado a examinar a relação entre confiança social e confiança política, acaba por levantar achados que contrariam as expectativas de Putnam. Nele, não são encontradas evidências empíricas que confirmem uma associação entre esses dois tipos de confiança.

Uma explicação alternativa para o declínio da confiança, mas que também tem um fundamento cultural e de transformação de padrões sociais, seria as teorias de mudanças nos valores da sociedade decorrentes do processo de modernização. Dentro dessa perspectiva, a teoria pós-materialista de Inglehart é a mais célebre. De acordo com o autor, as sociedades pós-industriais estariam vivenciando uma mudança de valores sociais. As novas gerações estariam sendo compostas por cidadãos mais críticos, com novos princípios, que buscam novas formas de expressão e engajamento político.

Além dessas duas explicações culturalistas, todavia, NORRIS (1999) lembra a existência de um segmento da literatura que trata o declínio da confiança política como resultante do distanciamento entre eleitor e representante. De acordo com esse ponto de vista, importantes instituições políticas, como os partidos, seriam incapazes de expressar as demandas do eleitor que, mal representado, torna-se um descrente político. Dentro dessa perspectiva, pode-se salientar os trabalhos de Powell¹, que investigam a responsividade do governo para com o cidadão. Nessa literatura, enfatiza-se muito a função do desenho do sistema eleitoral e sua incapacidade de fazer com que o eleitor sinta que suas escolhas influenciam o resultado das políticas públicas.

Por fim, cabe enfatizar uma quarta explicação alternativa para o declínio dos níveis de confiança política: a da performance das instituições. Consoante tal abordagem, a baixa avaliação da performance do governo é a responsável pelo declínio do nível de confiança política dos cidadãos. Embora a literatura não concorde acerca de qual medida de performance institucional deve ser utilizada para mensurar o desempenho das instituições, se indicadores macroeconômicos, de educação, de corrupção, ou outros, essa perspectiva argumenta que são esses os tipos de fatores responsáveis por influenciar a opinião dos eleitores.

Ao longo deste trabalho, essas quatro explicações assinaladas por NORRIS (1999) aparecerão aqui novamente. Importante salientar, no entanto, que, por maior corresponder aos propósitos do presente estudo, a grande maioria dos autores abordados daqui em diante se enquadram nesse último tipo de explicação: a baseada na performance das instituições do governo. Isso porque a própria análise empreendida aqui utiliza um indicador de performance (a corrupção) com o intuito de explicar a confiança institucional.

Interessante ainda comentar, como será ressaltado posteriormente, que cada tipo de interpretação leva a distintas implicações futuras para a democracia. Pode-se afirmar, como

¹ POWELL (1989), por exemplo, discute como os desenhos constitucionais podem influenciar o controle eleitoral do cidadão.

exemplo, que, para as explicações culturalistas, pelo fato de evidenciarem mudanças mais amplas e profundas nos padrões sociais, é bastante difícil realizar uma ação de curto prazo com o objetivo de mudar os baixos níveis de confiança institucional. Para os que ressaltam o papel do desenho dos sistemas políticos e sua capacidade de canalizar as demandas eleitorais em políticas públicas, as alterações na confiança política podem ser alcançadas com a modificação nas “regras do jogo” político. Embora reformar os sistemas eleitorais e partidários não seja tarefa simples tampouco rápida, esta é bem mais acessível e praticável do que as mudanças culturais de longo prazo.

Por fim, para a literatura que enfoca a capacidade do bom desempenho institucional na geração de confiança dos cidadãos, os baixos níveis de apoio político podem ser revertidos a partir da recuperação da performance das próprias instituições, seja aumentando o crescimento econômico, seja diminuindo o desemprego, combatendo as práticas corruptas, ou com medidas parecidas. Desse modo, o aumento da confiança institucional poderia ser sim alcançado no curto prazo (NORRIS, 1999).

Importante ressaltar, como também percebe Norris, que pode-se adotar uma postura otimista ou pessimista diante da tendência declinante do apoio político no globo. Como sugere Inglehart e mesmo os achados de NORRIS (1990), a baixa confiança política é reflexo do surgimento de cidadãos mais críticos, que buscam novos caminhos de engajamento e participação política. Nesse sentido, uma tendência declinante não significa necessariamente algo ruim, mas sim uma transformação na sociedade. Seguindo a interpretação pessimista, todavia, baixos e decrescentes níveis de confiança institucional tornariam a democracia insustentável no longo prazo devido a falta de legitimidade. Conforme aponta a autora, a falta de apoio político e de legitimidade seriam preocupantes na medida em que, sobretudo nas novas democracias, seriam capazes de provocar um retrocesso, arruinando as estruturas democráticas.

Nas palavras de CHANG e CHU (2006), contudo, o mito da tendência declinante da confiança institucional estaria dando lugar a um consenso emergente na literatura acerca do efeito corrosivo da corrupção política sobre esse objeto. Aqui, por não se trabalhar com dados longitudinais, muito menos do que tentar provar ou não a existência de um padrão ou de tendências nos níveis de confiança institucional no Brasil, busca-se entender se a performance institucional, mais especificamente a performance política (medida em relação à corrupção), é capaz de impactar o nível de confiança institucional dos indivíduos. De forma mais específica ainda, o intuito do trabalho é, por meio de respostas de *survey*, identificar se a corrupção percebida pelo indivíduo afeta sua confiança no parlamento, na presidência e nos

partidos políticos. As abordagens alternativas comentadas acima são úteis para caracterizar quais variáveis de controle deverão ser incluídas na análise, bem como para situar a pesquisa em uma literatura mais ampla sobre o fenômeno abordado.

Como dito anteriormente, nesta revisão da literatura serão discutidos alguns trabalhos que se assemelham a proposta da futura análise aqui realizada. Desse modo, e na impossibilidade de abarcar toda a imensa literatura que trata do apoio e da confiança social e política como um todo, será enfatizada a confiança nas instituições políticas, objeto específico deste estudo. Portanto, menos do que tratar de maneira aprofundada a confiança interpessoal (importante para uma abordagem análoga a de Putnam), será ressaltada outro tipo de confiança: a política. Menos também do que analisar estudos acerca de todas as dimensões do apoio político categorizadas por NORRIS (1999) e DALTON (1999), será enfocada aqui a confiança nas instituições políticas, e não nos atores políticos ou nos valores democráticos. Alguns trabalhos clássicos acerca do apoio político, no entanto, ainda precisam ser apresentados.

MILLER (1974), ao estudar a confiança no governo Americano entre os anos 1964 e 1970, acredita que estão difundidos no país sério descontentamento e alienação política. Para ele, embora a existência de um certo grau de insatisfação seja normal dentro de uma democracia, permitindo inclusive a flexibilidade necessária para realização de importantes mudanças, períodos extensos de amplo descontentamento promoveriam o surgimento de um profundo conflito social e ameaçariam a legitimidade do regime. O autor busca investigar como as reações dos cidadãos acerca de questões políticas influenciam a formação do chamado *political cynicism*, ceticismo em relação ao governo que não segue às expectativas individuais.

Os dados analisados sugerem que o aumento da desconfiança no governo esteve, de certo modo, ligado às mudanças nas atitudes dos cidadãos em relação a questões políticas chave, como integração racial e envolvimento na guerra do Vietnã. MILLER (1974) argumenta ainda que os indivíduos avaliam as políticas e os partidos de acordo com as suas próprias preferências e, quando descontentes com tais políticas, eles acabam se sentindo alienados do sistema e tornam-se descrentes do governo. Em suma, o declínio da confiança política seria decorrente de uma discrepância entre as preferências dos cidadãos e as políticas públicas e preferências do governo.

CITRIN (1974) lança uma série de críticas ao estudo acima. Na verdade, os dois autores, por discordarem quanto a importantes questões, fazem parte de um conhecido debate na literatura. Pode-se destacar a objeção de Citrin quanto ao argumento de Miller acerca da

ameaça de uma ampla desconfiança política à legitimidade do regime. Enquanto, para este autor, um alto e persistente nível de descontentamento político não poderia ser restaurado via eleição, com a simples retirada dos líderes incumbentes, para Citrin, o *political cynicism* pode ser entendido mais pelo descontentamento com autoridades específicas do que com o sistema político por inteiro. Consoante HETHERINGTON (1998), Citrin seria um dos autores que relacionam a desconfiança política com o apoio específico, sendo uma melhora na performance do político incumbente capaz de aumentar os níveis de confiança. Miller, de forma distinta, faria parte de um grupo de autores para os quais a confiança política está relacionada com uma medida de apoio difuso. Neste último caso, a desconfiança, em última instância, tem implicações para à legitimidade de todo o regime, e não apenas para a do político específico no poder.

WEATHERFORD (1987) estuda a interação entre avaliações individuais da performance do governo, com foco na política econômica, e a confiança que os cidadãos expressam no sistema político. O autor argumenta que mensurar o efeito do déficit da política econômica sobre o apoio político não é tarefa simples, sobretudo devido a ambiguidade e complexidade do processo de formação dos indicadores econômicos, que dependem de fatores anteriores e futuros ao momento corrente. Em sua análise, um déficit político só é considerado como relevante se não for atribuído a restrições externas nem a diferenças ideológicas entre eleitor e governo, se for uma situação persistente no tempo e, por fim, se produzir um padrão característico de vantagem e desvantagem entre setores da população. Para identificar quais indicadores devem mudar se a performance política realmente afetar o apoio político, WEATHERFORD (1987) argumenta que é necessária a utilização de informações com variação no tempo. Caso contrário, poderia se imaginar que a conexão causal possui uma direção reversa.

Ainda de acordo com esse autor, o apoio político não é um fenômeno simples e unitário. Ele responderia a três tipos de impulsos causais, cada qual com suas próprias características e tendências temporais. Os três componentes do apoio político, consoante Weatherford, seriam: a legitimidade do regime (mais resistente às mudanças); reações à performance de autoridades incumbentes específicas (sujeitas às mudanças no curto prazo, por meio, por exemplo, de escândalos políticos); e, de forma mais relevante, as percepções acerca do sucesso ou fracasso das políticas (que explicaria às mudanças no apoio político no médio prazo).

WEATHERFORD (1987) passa a investigar então como as mudanças na política econômica afetam o apoio político americano de meados da década de 1970. Ele utiliza,

sendo assim, as mudanças em termos de políticas porque, como ele mesmo argumenta, seria esse o principal fator capaz de provocar alterações no nível de apoio político no período de tempo estudado, o médio prazo. Os resultados de sua análise empírica, de fato, mostram uma forte relação entre avaliação da performance da política econômica e opinião pública acerca do governo.

HETHERINGTON (1998), ao tratar da relevância da confiança política, argumenta que também é necessário investigar seu papel como variável explicativa, e não apenas como variável dependente. O autor defende que a confiança política tanto afeta quanto é afetada pelas avaliações dos indivíduos acerca de governo, instituições e políticos incumbentes. Essa relação de simultaneidade é bastante problemática para o autor, na medida em que, se não existir uma mudança exógena com o propósito de aumentar os níveis tanto de confiança quanto de aprovação, ambos permanecerão baixos. Em outras palavras, o declínio da confiança política, para Hetherington, não representaria um efeito apenas da insatisfação com políticos e instituições, mas também uma causa do próprio aumento dessa insatisfação. Para avaliar a relevância da confiança política, considerando suas causas e consequências, o autor se utiliza de um modelo de equação simultânea no qual são incluídas tanto variáveis que a explicam quanto que são resultantes dela. Seus resultados o levam a conclusão de que, além de apenas refletir a insatisfação com os políticos, a desconfiança política seria uma importante causa dessa insatisfação, afetando tanto o suporte difuso à instituição congressional quanto o apoio específico a incumbentes.

MISHLER e ROSE (2001) estudam a confiança política existente no contexto dos países pós-comunistas, onde a desconfiança política, segundo eles, parece generalizada, e propõem testar dois grupos de explicações rivais acerca de sua origem: as teorias culturalistas e as institucionais. De acordo com uma perspectiva culturalista, a confiança nas instituições seria politicamente exógena, oriunda da confiança interpessoal decorrente do processo de socialização. A abordagem institucionalista, por sua vez, enxerga a confiança institucional como variável endógena, consequência da própria performance das instituições. Além da distinção entre essas duas explicações concorrentes, os autores destacam a diferença entre as explicações macro e micro.

De modo simplificado, existiriam, dessa forma, quatro possíveis tipos de teorias: macro-cultural (foca na cultura nacional como variável explicativa); micro-cultural (ressalta o processo de socialização do indivíduo); macro-institucional (centrada na performance das instituições de dado governo); e micro-institucional (realça as avaliações individuais acerca da performance do governo). Essa distinção detalhada salientada por MISHLER e ROSE (2001),

que será melhor explicada adiante, é de extrema relevância para o presente trabalho na medida em que o ajuda a classificar e comparar os demais estudos da área e, evidentemente, a melhor se posicionar dentro da literatura que relaciona corrupção (variável de performance institucional) e confiança nas instituições.

Antes de mostrar os resultados dos testes estatísticos que MISHLER e ROSE (2001) propuseram com o intuito de investigar quais dessas explicações melhor se encaixam no contexto dos países pós-comunistas, cabe ressaltar ainda algumas das principais implicações provenientes dessas distintas teorias. Como já sugerido em NORRIS (1999), esses autores argumentam que, se a confiança política for realmente determinada culturalmente por normas sociais e no processo de socialização do indivíduo, então, no curto prazo, pouco poderia ser feito para melhorar os níveis de confiança institucional nas novas democracias. Posto de outra forma, consoante a abordagem culturalista, a própria performance das instituições seria consequência dos padrões de socialização. Como MISHLER e ROSE (2001) apresentam, a institucionalização da confiança dentro da cultura criaria um processo de *path dependence*² e os mecanismos de socialização transmitiriam essas predisposições às instituições políticas.

Se, ao contrário, como argumentam os institucionalistas, a confiança for endógena, resultante da própria performance institucional, as instituições democráticas poderiam aumentar a confiança ou mesmo apenas mitigar altos níveis de desconfiança, fatídicos para um regime democrático, melhorando o seu desempenho, seja econômico ou político. Nesse sentido, repreender práticas corruptas ou criar políticas para o crescimento econômico do país poderiam ser boas alternativas para melhorar a performance institucional e reduzir a desconfiança dos cidadãos.

Importante ressaltar ainda que, para a abordagem culturalista, a confiança interpessoal (social) é variável de extrema relevância para explicar as diferenças em termos de confiança política. Como mostram os autores, de acordo com essa perspectiva, a confiança que o cidadão deposita nos seus concidadãos seria transposta para as instituições políticas. Sendo assim, existiria uma forte relação entre esses dois tipos de confiança. MISHLER e ROSE (2001) argumentam, todavia, que esse *link* é visto cada vez mais com ceticismo pela literatura³ que, muitas vezes, tem questionado também a direção dessa relação⁴.

² Ver PIERSON (2000) para entender o conceito de *path dependence* e sua utilização nas explicações de processos políticos.

³ NEWTON (1999), de acordo com Mishler e Rose, mostra que confiança interpessoal e política são conceitualmente distintas.

⁴ Nesse sentido, os autores citam o trabalho de BREHM e RAHN (1997), que traz evidências de que a confiança política pode afetar as relações interpessoais tanto ou mais que o inverso.

Em relação às distinções resultantes do nível de análise, macro ou micro, importante dizer que as teorias macro, sejam elas culturalistas ou institucionalistas, estão centradas no coletivo, nos membros de uma sociedade como um todo. As explicações micro, ao contrário, se interessam pelos indivíduos que estão dentro de dada sociedade, ressaltando ora suas diferenças e predisposições sociais, ora suas distintas experiências, percepções e avaliações individuais (MISHLER e ROSE, 2001). Desse modo, se as explicações macro forem mais úteis para explicar o fenômeno, espera-se encontrar variações no nível de confiança política entre os países, sendo as características nacionais relevantes para explicar o fenômeno. De modo distinto, se as teorias micro forem mais precisas, faz sentido pensar que as variações em termos de confiança política existem dentro de um mesmo país e podem ser explicadas pelas características e experiências dos indivíduos.

MISHLER e ROSE (2001) percebem que o nível de confiança política nas recentes instituições das novas democracias pós-comunistas, estudadas na ocasião por eles, estava baixo. Tanto do ponto de vista culturalista quanto institucionalista esse fato encontraria explicações bem fundamentadas. Afinal, para os institucionalistas, o baixo nível de confiança institucional nesses países poderia ser explicado pela baixa performance das instituições que precisariam lidar com problemas quase insolúveis. Para os culturalistas, essa desconfiança poderia ser facilmente entendida como resultante da cultura e do legado de desconfiança do regime comunista.

Os autores partem então para testar essas teorias. Em relação às explicações macro, os dados de MISHLER e ROSE (2001) sugerem que as variações da confiança institucional são maiores dentro dos países do que entre os países. Da mesma forma, em termos de confiança interpessoal, a variação dentro do mesmo país também se apresenta maior. De fato, a regressão linear utilizando os países com variáveis *dummy* comprova o efeito limitado da teoria macro-culturalista. Também não foi encontrada uma forte correlação entre confiança interpessoal e institucional entre os países, o que contraria as expectativas dessa teoria.

Quanto às explicações macro-institucionais, os autores concluem que existem algumas evidências favoráveis, na medida em que as diferenças *cross-national* em termos de confiança política são influenciadas, pelo menos modestamente, pelas distintas performances política e econômica dos países. Para melhor testar essas teorias, os autores acreditam que o nível de corrupção dos países pode ser uma excelente *proxy* para a performance institucional. Para validar essas explicações, MISHLER e ROSE (2001) regridem os níveis agregados de confiança interpessoal e de corrupção na confiança institucional. O coeficiente da corrupção se apresenta forte e positivo, dando suporte à explicação institucionalista. O mesmo não

ocorre com o coeficiente da confiança interpessoal. Mesmo assim, os autores deixam claro que as duas variáveis no nível macro, mensuradas a partir de dados agregados, pouco explicam a variação da confiança política nos países estudados (apenas 6% de toda variação). Desse modo, as teorias macro não seriam relevantes para a explicação do fenômeno, sendo imprescindível para a análise investigar a influência de características individuais.

Para testar as teorias no nível micro, os autores utilizam *proxys* para a socialização política: educação, idade, gênero, tamanho do município onde habita e frequência religiosa. Também são incluídos na análise percepções individuais acerca da performance política e econômica das instituições. Os resultados de MISHLER e ROSE (2001) mostram que as avaliações individuais são substancialmente mais relevantes do que as distintas experiências de socialização para explicar as diferenças em termos de confiança institucional. No contexto dos países pós-comunistas analisados, a confiança política quase não é afetada pela influência dos padrões de socialização e pela confiança interpessoal. Assim, a confiança depositada pelos cidadãos nas instituições parece variar em consonância com as diferenças em termos de atitudes e características individuais desses cidadãos, sendo indispensável analisar dados de avaliação da performance do governo no nível micro.

Um interessante trabalho que também contrapõe teorias culturalistas e institucionalistas é o de NEWTON (2006). Conforme lembra o autor, enquanto os níveis de orgulho nacional e de apoio aos princípios democráticos parecem permanecer constantes ao longo do tempo, a confiança nas instituições e nos políticos e a satisfação com a performance democrática estariam em declínio em grande parte das democracias mais antigas. Newton, nesse estudo, tenta harmonizar as duas principais teorias utilizadas para explicar o declínio em questão: uma centrada no capital social e outra na performance política e econômica do governo.

Tendo em vista as limitações inerentes a cada tipo de desenho de pesquisa, seja uma análise de um só caso, seja um estudo *cross-national*, o autor decide utilizar ambas as abordagens em seu trabalho. Segundo ele, a teoria centrada no capital social defende a necessidade de virtudes cívicas e de uma interação social forte na comunidade para que exista uma democracia estável. Nas suas palavras, existiria um círculo virtuoso de alta confiança, instituições sociais bem estabelecidas, bom governo e forte apoio político. A análise dos seus dados *cross-national*, de fato, mostra uma correspondência entre confiança social e apoio político, embora a associação, apesar de significativa, não tenha se mostrado, segundo ele, tão forte.

NEWTON (2006) percebe que talvez nenhuma das duas teorias discutidas sejam capazes de, sozinhas, explicar completamente o apoio político. Segundo ele, no mundo real, capital social, performance política e apoio político são intimamente interdependentes. Desse modo, para uma discussão mais completa, ele se propõe a analisar quatro países, estudos de casos extremos, com o intuito de melhor entender os mecanismos causais e as dinâmicas de mudança por trás do declínio da confiança política. O autor investiga o caso da Finlândia, Suécia, Nova Zelândia e Japão. Em ambos os casos, um forte declínio em termos de apoio político não foi acompanhado por uma queda dos níveis de apoio à comunidade política e à democracia.

Como, apesar da notável diminuição do apoio político, o capital social permaneceu sem declinar nesses países, NEWTON (2006) sugere que a teoria do capital social não é suficiente para explicar esses casos. Ele também preconiza que, talvez, a combinação de alto capital social, juntamente com graves problemas de performance política e econômica, possam explicar o fenômeno. Seu entendimento pode ser resumido da seguinte forma: indivíduos em um país de alto capital social, politicamente mais conscientes, educados e informados, quando confrontados com severas crises políticas e econômicas, param de apoiar o governo. Afinal, nos três primeiros países estudados, na medida em que os problemas políticos e econômicos foram solucionados, as taxas de apoio político foram sendo restabelecidas.

O Japão, especificamente, diferente dos outros quatro países, não possuía, antes do declínio, taxas de apoio político tão altas. Da mesma forma, contudo, o declínio do apoio não foi seguido de erosão no nível de capital social do país. No Japão, a alta corrupção, traduzindo-se em baixa performance do sistema político, seria a responsável pelas baixas na confiança política. Esse último país, de acordo com NEWTON (2006), ainda não teria restabelecido o seu nível de apoio político. Todavia, o autor lembra que ele não teria melhorado, até então, a sua performance política. Apesar desses quatro casos contradizerem a teoria do capital social, não pode-se afirmar, ressalta Newton, que não exista uma relação entre apoio político e capital social. O que poderia se afirmar, contudo, é que o capital social não parece estar “necessariamente, automaticamente ou invariavelmente associado com altos níveis de apoio político” (NEWTON, 2006). Como é sugerido no início de seu artigo, as evidências de quando se trabalha com dados agregados, tipo *cross-national*, são favoráveis à interpretação da teoria do capital social. A análise dos quatro estudos de caso, contudo, sugere interpretação contrária.

Muitos outros estudos tem investigado as causas da confiança política. Além do capital social e da performance do governo, alguns autores apontam características de desenhos institucionais e de diferenças em termos de preferências do eleitor e de seus representantes (NORRIS, 1999) como responsáveis por explicar o apoio político. CRIADO e HERREROS (2007), por exemplo, analisam o efeito condicional do contexto institucional na relação entre performance de governo e confiança política dos indivíduos. Os autores acreditam que faz-se necessário, para um entendimento mais completo sobre o assunto, a utilização de uma abordagem centrada tanto nos indivíduos quanto nas instituições específicas dos países. Nesse sentido, assim como NEWTON (2006), eles propõem uma análise que combine os estudos *cross-national* com os focados no indivíduo.

Apesar da análise empreendida mais adiante utilizar apenas dados de indivíduos, focando apenas no estudo de caso do Brasil, entende-se a importância de discutir distintas abordagens e desenhos de pesquisa. Em outras palavras, embora não se utilize aqui dados agregados, não exista comparação de países, tampouco de desenhos institucionais, é fundamental entender que a literatura, para além da opinião dos indivíduos, percebe que as diferenças em termos de arranjos institucionais podem ser úteis para entender o problema. Isso ajuda a traçar as futuras limitações do presente estudo, bem como situá-lo dentro de uma literatura mais ampla.

CRIADO e HERREROS (2007) mostram que o tipo de desenho institucional, se majoritário ou consensual, impacta a forma pela qual a performance governamental afeta o apoio político. Os autores utilizam dados individuais *cross-national* de 17 países da Europa oriundos da primeira rodada do *European Social Survey* e confirmam a hipótese de que nas democracias majoritárias, devido a maior clareza de responsabilidade, os cidadãos possuem maior facilidade de avaliar o fracasso e o sucesso das políticas governamentais. Esse tipo de arranjo constitucional tornaria mais fácil a atribuição de responsabilidade ao governo porque este, devido às regras eleitorais majoritárias, é comumente formado por apenas um ou poucos partidos.

CRIADO e HERREROS (2007) também demonstram que, nas democracias de consenso, graças as suas regras proporcionais, o eleitor que não votou no incumbente tende a apoiar mais o governo quando comparado com o eleitor de oposição nos sistemas majoritários. O mecanismo por trás dessa última associação está baseado na dispersão de poder que, devido a usual necessidade de formação de coalizões nos sistemas proporcionais, faz com que mesmo os partidos de oposição possam tomar parte na construção das políticas públicas. Em resumo, esses autores concluem que a relação entre performance governamental

e apoio político é mais forte nos sistemas majoritários do que nos consensuais. Em outras palavras, no âmbito das regras majoritárias, é mais fácil para o eleitor identificar e culpar o governo por seu mal desempenho.

SÖÖT e ROOTALU (2012), por sua vez, buscam entender como a confiança nas instituições políticas e certas características no nível individual moldam a atitude das pessoas em relação à corrupção. Interessante perceber que, ao contrário do que será proposto aqui, esse trabalho investiga o impacto da confiança sobre a corrupção, e não o inverso. Os autores, em última instância, estão inseridos em uma literatura preocupada com os efeitos da desconfiança institucional (assim como MARIEN e HOOGHE, 2011), embora eles estejam interessados de forma mais específica nas consequências dessa variável para as atitudes e opiniões acerca da corrupção. A ideia por trás de seu argumento central é a de que a confiança é capaz de influenciar o comportamento, incentivando a cooperação e moldando as opiniões dos indivíduos a respeito das práticas corruptas. Pode-se também afirmar que o trabalho de SÖÖT e ROOTALU (2012) está enquadrado em uma literatura interessada nos determinantes (no nível do indivíduo) das atitudes em relação à corrupção (assim como TAVITIS, 2010 *apud* SÖÖT e ROOTALU, 2012), sendo a confiança institucional do indivíduo um importante fator explicativo.

A análise dos autores é baseada em respostas de um *survey* realizado entre servidores públicos da Estônia. SÖÖT e ROOTALU (2012) criam três índices: um para medir confiança política e outros dois para medir as atitudes dos entrevistados em relação à corrupção (tolerância da corrupção e reconhecimento de uma prática como corrupta). Seus testes estatísticos mostram o seguinte: aqueles que possuem maiores níveis de confiança nas instituições políticas toleram menos a corrupção e possuem uma maior consciência sobre o que é caracterizado como prática corrupta. Em outras palavras, confiança parece influenciar o julgamento dos funcionários públicos em relação à corrupção.

SÖÖT e ROOTALU (2012) assinalam que seus achados estão de acordo com a conclusão de MARIEN e HOOGHE, (2011): pessoas que confiam menos nas instituições políticas tem atitudes mais permissivas, com maiores chances de tolerar atividades ilegais. As consequências decorrentes das conclusões acima são enormes. Consoante os autores, medidas para estabelecer instituições confiáveis seriam mais úteis para diminuir a corrupção do que simples medidas de controle e punição das práticas corruptas, por exemplo. Eles não deixam claro, todavia, os mecanismos explicativos pelos quais a confiança institucional afetaria a atitude dos entrevistados em relação à corrupção.

ANDERSON e TVERDOVA (2003), assim como esta pesquisa, buscam analisar o efeito da corrupção nas atitudes dos indivíduos em relação ao sistema político. De uma forma objetiva, os autores sugerem que os cidadãos de países com níveis mais altos de corrupção expressam avaliações mais negativas em relação à performance do sistema político como um todo e níveis mais baixos de confiança nos servidores públicos. Além dessa suposição principal básica, contudo, espera-se que exista uma variação do efeito negativo da corrupção sobre o apoio ao regime político entre os diferentes tipos de eleitores. Dito de outro modo, presume-se que fatores no nível individual podem neutralizar ou amenizar o impacto da corrupção nas percepções dos indivíduos acerca do sistema político. Desse modo, supõe-se que a má performance do governo (mais especificamente em termos do nível de corrupção) não é reconhecida ou utilizada por todos os cidadãos para a construção de seus julgamentos acerca da política.

De forma mais estrita, ANDERSON e TVERDOVA (2003) estão interessados em investigar a relação contingente entre corrupção, apoio político e fidelidade política. Eles mostram empiricamente que a corrupção tem um efeito menos corrosivo sobre o apoio político entre os indivíduos que apoiam o governo incumbente do que entre os que se opõem a ele. Os autores se depararam com a necessidade de determinar se os cidadãos associam corrupção ao sistema político como um todo ou a atores políticos específicos. Sendo assim, eles se propõem a fazer testes estatísticos considerando as duas opções como variáveis dependentes: avaliações da performance do sistema político de um modo geral e também confiança nos servidores públicos. Com isso, os autores esperam também entender se a corrupção é percebida como um fenômeno sistêmico, como sendo de um grupo específico de atores políticos ou como ambas as coisas.

O ponto principal da análise de ANDERSON e TVERDOVA (2003) é derivado de sua percepção de que a relação entre corrupção e apoio político é contingente e depende de características individuais, sobretudo da fidelidade política do indivíduo. Em outras palavras, a predisposição política do entrevistado o motiva a enxergar a corrupção do governo de diferentes formas. Os autores supõem que os cidadãos que votaram no governo nas últimas eleições tendem a perceber a corrupção de uma forma menos negativa do que os cidadãos que estão na minoria (que não votaram no governo incumbente). Por esse motivo, a análise inclui uma variável que busca captar o *status* político majoritário ou minoritário do indivíduo entrevistado. Além do efeito psicológico, que faria com que os cidadãos com *status* político majoritário não buscassem informações sobre a corrupção e não a enxergassem de forma tão negativa, ANDERSON e TVERDOVA (2003) salientam também que a corrupção, quando

ocorre, tem muito mais probabilidade de beneficiar a maioria do que a minoria política, produzindo assim um impacto menos negativo sobre aquele grupo.

A sua variável dependente é o apoio ao regime político, medido, como dito acima, de duas formas: com uma pergunta que busca captar a avaliação da performance do sistema político e com outra questão que tenta captar a confiança específica nos funcionários públicos. As suas principais variáveis independentes são a corrupção (medida pelo Índice de Percepção da Corrupção da *Transparency International*); a fidelidade política (medida pelo *status* político do respondente – majoritário ou minoritário); e um termo interativo entre essas duas variáveis. ANDERSON e TVERDOVA (2003) utilizam uma série de fatores no nível do indivíduo como variáveis de controle (por exemplo, interesse político, *status* socioeconômico, situação empregatícia e participação eleitoral). Os controles no nível do sistema utilizados na análise estão relacionados com performance macroeconômica, desenvolvimento econômico e nível de democracia dos países.

Seus resultados mostram que, realmente, nos países com níveis mais altos de corrupção, os indivíduos avaliam a performance do sistema de forma mais negativa. Entre os respondentes que votaram nos partidos incumbentes, de fato, também existiria uma atitude mais positiva em relação ao sistema político, o que comprova as hipóteses dos autores. Em relação a hipótese da existência de um efeito interativo da corrupção e do *status* majoritário-minoritário sobre a percepção e o apoio ao governo, também são encontrados fortes suportes empíricos: o efeito negativo da corrupção sobre as percepções do sistema político é menor entre os respondentes da maioria política, embora esse efeito tenha se apresentado especialmente mais nítido nos sistemas mais corruptos.

Quanto ao efeito da corrupção e da fidelidade política sobre a confiança nos funcionários públicos, ANDERSON e TVERDOVA (2003) também encontram respaldo para suas hipóteses: indivíduos nos países com níveis mais altos de corrupção e indivíduos da minoria política são menos confiantes nos funcionários públicos do que os demais indivíduos. Em relação à hipótese do efeito contingente, contudo, apesar de se ter achado que a corrupção afeta os indivíduos da minoria política mais do que os da maioria, o efeito é bem mais fraco do que o encontrado em relação à avaliação do sistema político de uma forma geral, sendo estatisticamente significativa apenas no nível 0.1.

Em síntese, os autores trazem evidências para reforçar a ideia de que a corrupção é um importante componente da performance do governo utilizado pelos cidadãos para avaliar as instituições políticas. Além disso, seus achados mostram que a fidelidade política também é uma variável crucial para entender como as pessoas enxergam e reagem à corrupção e à

performance do sistema político. Uma significativa implicação do trabalho de ANDERSON e TVERDOVA (2003) é a de que talvez seja bem difícil combater a corrupção e implementar mudanças políticas, na medida em que a maioria política, mesmo em contextos de alta corrupção, talvez não perceba essa prática ou a tolere mais. Como corolário, essa maioria talvez não esteja motivada, ou não tanto quanto a minoria, a impulsionar mudanças sistêmicas no mundo da política, vetando qualquer ação nesse sentido.

HAKHVERDIAN e MAYNE (2012) partem da ideia de que cidadãos com níveis de educação distintos devem reagir de diferentes formas à corrupção. Nesse sentido, eles supõem que a confiança política deve ser determinada pelo efeito interativo do nível de educação dos indivíduos e da performance institucional de seus países. Os autores percebem que os achados empíricos acerca da relação entre educação e confiança política têm sido pouco conclusivos: enquanto alguns autores apontam uma relação negativa entre essas variáveis (sobretudo nas democracias menos ricas), outros encontram uma associação positiva (sobretudo nas democracias avançadas). HAKHVERDIAN e MAYNE (2012) pretendem explicar essas discordâncias de resultados a partir da condicionalidade representada pelos contextos (político e institucional) nos quais os cidadãos estão inseridos.

Utilizando dados de mais de vinte democracias europeias e com a compreensão de que a confiança institucional é produto do julgamento individual acerca da performance dos atores e das instituições políticas, os autores constroem as seguintes hipóteses: (1) nos países com mais altos níveis de corrupção, os cidadãos mais educados reagem de forma mais negativa à corrupção do que os menos educados. Nos países mais honestos, deve ocorrer o contrário; e (2) enquanto a corrupção corrói a confiança institucional entre todos os cidadãos, o tamanho do efeito negativo da corrupção sobre a confiança deve aumentar com o nível de educação das pessoas. As hipóteses acima, interessante perceber, levam em consideração que a educação possui dois tipos de efeitos sobre os indivíduos. Os autores acreditam, com base em evidências empíricas, que a educação é capaz tanto de facilitar a aquisição e o processamento de informações (*accuracy-inducing function*) quanto de moldar a forma como os cidadãos reagem a determinadas informações (*norm-inducing function*). Com base nessas funções, é sugerido que a educação é capaz de gerar cidadãos mais informados e também normativamente mais preocupados com a corrupção.

Como explicado, HAKHVERDIAN e MAYNE (2012) testam se a confiança institucional é uma função da interação entre o sucesso educacional e a corrupção. Sendo assim, a partir do *European Social Survey (ESS)* de 2008, é criado um índice de confiança institucional (no parlamento, no sistema legal, na polícia, no políticos e nos partidos) que será

utilizado como variável dependente. A corrupção dos países dos respondentes (medida pelo Índice de Percepção da Corrupção da *Transparency International*), o nível de educação dos entrevistados e seu efeito interativo são empregados como variáveis independentes. Por fim, são utilizados diversos tipos de variáveis de controle, tanto no nível do indivíduo quanto no do país. Entre os controles usados, pode-se destacar fatores demográficos e socioeconômicos, como idade, gênero, renda e nível de educação paternal; confiança social; *status* majoritário ou minoritário dos respondentes; satisfação com a economia nacional; nível de desemprego; e PIB per capita do país.

HAKHVERDIAN e MAYNE (2012) encontram o seguinte resultado nos seus testes empíricos: os cidadãos mais educados realmente exibem maiores níveis de confiança política, mas apenas quando a corrupção de seu país é baixa, o que dá suporte a ideia de que essa relação é contingente ao contexto político e institucional dos países. Além disso, os autores concluem que a corrupção tem um efeito negativo entre os indivíduos de todos os níveis educacionais, exceto entre os menos educados. Esse efeito corrosivo parece se ampliar na medida em que o nível de educação aumenta. Esses achados ajudam a demonstrar a importância do processo de avaliação da performance política para a criação de confiança política. Dito de outro modo, esse trabalho, assim como o de ANDERSON e TVERDOVA (2003), traz novas evidências a favor das teorias explicativas com foco na performance política: a confiança não dependeria meramente de fatores culturais ou de características inatas a certos indivíduos. De forma distinta, ela seria decorrente do julgamento dos cidadãos acerca do desempenho do sistema político. Esses julgamentos, por sua vez, seriam influenciados por certas características no nível individual, como nível de educação e fidelidade partidária, mas não deixariam de ser julgamentos ou pareceres dos representados acerca de seus representantes e de suas organizações representativas.

A análise de MORRIS e KLESNER (2010), por tratar empírica e especificamente da relação entre confiança e corrupção e utilizar o mesmo *survey* que será aqui empregado, faz-se de extrema importância para o presente trabalho. Os autores fazem uma análise empírica utilizando dados do “Barômetro das Américas” de 2004 para o México. O *paper* considera a imensa literatura que tem trabalhado a confiança tanto como causa quanto como consequência da corrupção política e busca entender, por meio do caso mexicano, o sentido dessa relação. Os autores trabalham tanto com a confiança institucional (ou política) quanto com a social (ou interpessoal).

Seu principal propósito é analisar a relação entre confiança e corrupção, atentos para a não existência de consenso na literatura sobre qual das duas variáveis é a causa da outra,

podendo, desse modo, ser o caso de haver uma relação de causalidade mútua. Como MORRIS e KLESNER (2010) ressaltam, muitos trabalhos tem considerado a confiança (sobretudo a interpessoal) como determinante do comportamento político e da prática institucional, influenciando desenvolvimento econômico e participação política, por exemplo. Outros autores teriam entendido e mostrado que, ao contrário, a performance do governo e das instituições seria responsável por reproduzir a confiança.

Da mesma forma, diferentes análises que associam a confiança com a corrupção apontam esta última ora como determinante ora como efeito da primeira. Em outras palavras, faria sentido pensar que a desconfiança gera uma atmosfera individualista e não cooperativa, que acaba nutrindo práticas corruptas e, por outro lado, práticas corruptas acabam fazendo com que os cidadãos avaliem mal suas instituições e considerem os governantes e demais cidadãos como não confiáveis. MORRIS e KLESNER (2010) percebem que a maior parte dos estudos interessados na corrupção como variável explicativa da confiança trabalham apenas com a confiança institucional, e não com a interpessoal. Os autores consideram, todavia, que esses dois tipos de confiança estão de algum modo interligados. Optam, portanto, por investigar os dois conceitos e as suas relações com a corrupção. Além dessa particularidade, os autores decidem operacionalizar a corrupção de duas formas: como experiência (ou participação) pessoal com a corrupção e como percepção da corrupção, ambas mensuradas a partir de perguntas do *survey* utilizado. Muitas hipóteses, desse modo, são testadas nesse *paper*.

Como sugerido anteriormente, MORRIS e KLESNER (2010) estão interessados em analisar: tanto a confiança interpessoal quanto a institucional; tanto a corrupção percebida individualmente quanto as experiências individuais com a corrupção; tanto se a corrupção causa confiança quanto se a relação é inversa; e ainda se existe uma forte relação de endogeneidade entre confiança institucional e corrupção (percebida e vivenciada). São inúmeras, portanto, as hipóteses dos autores. De uma forma resumida, pode-se afirmar que eles estão focados no nível do indivíduo e buscam analisar como as percepções e experiências de corrupção moldam a confiança do indivíduo nas instituições, nos demais indivíduos e, inversamente, como essas confianças moldam a corrupção. Em cada uma dos testes empíricos, muitas variáveis independentes são elencadas como variáveis explicativas e de controle. Além das quatro variáveis principais, são incluídas: uma medida de tolerância da corrupção; se o Partido Revolucionário Institucional (PRI) é o partido dominante no estado do entrevistado; uma avaliação do respondente acerca da economia; uma medida de capital social (índice de envolvimento comunitário); e de educação.

Os resultados de MORRIS e KLESNER (2010), contrariando algumas de suas hipóteses, mostraram que não existe relação mútua entre confiança interpessoal e corrupção (tanto percepção quanto experiência de corrupção): a corrupção, no contexto mexicano investigado, não é determinante dos níveis de confiança interpessoal. Outras hipóteses, no entanto, encontram grandes evidências empíricas: existe, de acordo com os dados, uma forte relação mútua entre confiança institucional e percepções de corrupção. Dito de outro modo, os respondentes com maiores níveis de percepção de corrupção exibem um menor nível de confiança institucional e, inversamente, entrevistados com maiores níveis de confiança tem menos probabilidade de perceber a corrupção. Em relação a participação pessoal com a corrupção, os achados sugerem que a confiança institucional é um forte determinante dessa variável, embora o inverso não pareça ter se confirmado: experiência pessoal com corrupção não parece determinar os níveis de confiança nas instituições políticas.

Por fim, cabe aqui mencionar algumas importantes implicações e conclusões do trabalho de MORRIS e KLESNER (2010). Primeiro, os autores ressaltam que, como a percepção de corrupção e a confiança política entre os mexicanos estão inter-relacionadas, os cidadãos que desconfiam das instituições tem mais probabilidade de considerar os atores políticos corruptos e, ao mesmo tempo, os cidadãos que consideram tais atores corruptos tem mais chances de desconfiar das instituições. As implicações negativas dessa relação para a legitimidade do regime são claras e indiscutíveis. Sabe-se, todavia, que a percepção da corrupção é, muitas vezes, mais generalizada do que o próprios níveis reais de corrupção. Quando tomados em conjunto, os autores ressaltam que reproduz-se um círculo vicioso perpetuador da corrupção, da percepção da corrupção e dos baixos níveis de confiança política.

Os autores argumentam que a conexão entre corrupção e confiança institucional é única por diferentes razões. Primeiro, a corrupção não mina apenas a fé nas instituições, mas também na própria habilidade dos governos, dos políticos e dos funcionários públicos de combater a corrupção. Assim, as promessas e as tentativas de mitigar as práticas corruptas não encontram facilmente credibilidade. Como segundo aspecto singular dessa relação, a corrupção mina também a vontade dos indivíduos de trabalhar em conjunto com o governo, de forma cooperativa, para buscar soluções para a corrupção. Em outras palavras, as campanhas contra esses atos ilegais não conseguiriam facilmente mobilizar e contar com a participação dos cidadãos descrentes. Por fim, ainda consoante MORRIS e KLESNER (2010), essa relação esbarraria em um problema metodológico: a inviabilidade de se usar pesquisa de opinião para medir os resultados de campanhas anticorrupção, na medida em que

esse tipo de pesquisa pode servir para indicar apenas o nível de descrença da população e sua expectativa de que políticos e instituições se comportem de forma corrupta.

CHANG e CHU (2006), assim como demais trabalhos discutidos acima, buscam examinar o efeito corrosivo da corrupção política sobre a confiança institucional. Os autores percebem que os países geralmente investigados por essa literatura estão quase sempre limitados às democracias avançadas e às novas democracias na Europa Ocidental ou na América Latina. Partindo do fato de que não existiria um consenso sobre a possibilidade de generalização desses achados científicos e, além disso, levando em consideração a sugestão de alguns autores de que fatores contextuais na Ásia poderiam agir no sentido de neutralizar esse efeito corrosivo, o trabalho tenta explorar de forma sistemática a relação entre corrupção e confiança institucional na região. Em outras palavras, CHANG e CHU (2006), utilizando dados do *East Asia Barometer*, buscam analisar empiricamente se na Ásia, assim como no resto do mundo, o nível de percepção da corrupção do indivíduo impacta negativamente a sua confiança nas instituições.

A Ásia, segundo os autores, seria um caso singular a ser estudado, na medida em que a região apresenta altos níveis de corrupção associados a altos níveis de crescimento econômico, o que pode ser entendido como um paradoxo⁵. CHANG e CHU (2006) lembram que muitos autores, partindo do argumento de que as culturas políticas variam, alegam que o que é considerado como corrupção para uma cultura pode não ser para outra (BARDHAN, 1997 *apud* CHANG e CHU, 2006). A ideia que os autores levantam é a de que na Ásia, fatores contextuais, como a sua estrutura hierárquica, seus valores paternalistas e sua ênfase na ordem e na harmonia, poderiam fazer com que os cidadãos nessa região continuassem respeitando e confiando nas instituições e nas autoridades políticas de seus países a despeito dos altos índices de corrupção. Dito de uma forma mais simples, poderia-se pensar que os cidadãos asiáticos aceitam e toleram as práticas corruptas, mantendo, desse modo, a confiança nas instituições inabalada. Os autores buscam com esse *paper*, todavia, mostrar justamente o contrário: que o impacto negativo da corrupção sobre a confiança também faz-se existente na Ásia.

A análise empírica dos autores foca em cinco democracias asiáticas: Japão, Filipinas, Coreia do Sul, Taiwan e Tailândia. No *survey* utilizado são citadas uma série de instituições, como parlamento, polícia e governo local. Os respondentes são estimulados a classificar, entre 1 e 4, seus níveis de confiança em cada uma das instituições em questão. Para mensurar a

⁵ A coexistência entre corrupção e crescimento econômico foi chamada por Wedeman (2002) *apud* Chang e Chu (2006) de *East Asian paradox*.

corrupção política, são utilizadas questões do *survey* que buscam sondar o nível da percepção de corrupção dos respondentes. Os autores, contudo, observam e levam em consideração os problemas de endogeneidade inerentes a essa escolha metodológica. Para evitar a crítica de que a direção da causalidade pode ser inversa e de que existe uma situação de endogeneidade com suas variáveis principais, os autores utilizam um modelo de equações simultâneas. Os autores incluem em sua análise uma série de variáveis de controle no nível do indivíduo, como avaliação da economia pelos respondentes; satisfação com a democracia; gênero; idade; e educação. Também são incluídas variáveis *dummy* para os cinco países em análise.

Em todos os modelos, e mesmo controlando por uma série de explicações alternativas, a corrupção reduz de forma consistente a confiança institucional entre os países analisados. Ou seja, o efeito corrosivo das práticas corruptas é sustentado e, como sugerem os autores, a relação entre corrupção e confiança institucional na Ásia não parece ser diferente da do resto do mundo. Resta investigar ainda, todavia, se fatores contextuais do continente mitigam o efeito negativo da corrupção. Em outras palavras, ainda é preciso analisar se fatores culturais da região ajudam a amenizar o impacto nocivo da corrupção sobre a confiança. Por isso, CHANG e CHU (2006) partem para incluir em sua análise variáveis relacionadas à cultura política e ao sistema eleitoral dos países em questão.

Essas variáveis foram mensuradas a partir de perguntas do *survey* que sondam os valores paternalistas do entrevistado e a partir de uma medida que capta se o sistema eleitoral do país é personalista e centrado no candidato. Os resultados dessa última análise sugeriram que o efeito da corrupção na confiança institucional é universal e independe da cultura e do sistema político. Por fim, os autores levam em consideração o problema do viés de endogeneidade e chegam a conclusão de que existe um círculo vicioso entre corrupção e confiança institucional. Mesmo levando em conta a endogeneidade, todavia, o efeito negativo da corrupção sobre a confiança nas instituições permanece significativo.

SELIGSON (2002) é outro autor que analisa a relação entre corrupção e apoio político. Ele observa as distintas abordagens que tratam do impacto desse fenômeno nas democracias e discute com a literatura “funcionalista”, para a qual a corrupção possui um efeito positivo sobre o desenvolvimento político, na medida em que é capaz de suplantar a ineficiência burocrática. De acordo com o autor, muitos trabalhos já têm discordado com o argumento do papel “funcional” da corrupção, mostrando que esta é um mal responsável pela erosão do apoio político ao regime. Tendo em vista essa discordância na literatura, SELIGSON (2002) tem o intuito de testar o efeito da experiência com corrupção sobre a crença dos respondentes em relação à legitimidade do sistema político, trazendo novas

evidências para o argumento a favor do papel corrosivo da corrupção no sistema político. Em primeiro lugar, o autor busca fazer uma breve revisão dos principais argumentos relacionados ao impacto da corrupção. Em seguida, ele testa esses diferentes argumentos com dados de *survey* de quatro países da América Latina (El Salvador, Nicarágua, Bolívia e Paraguai) com o objetivo de investigar o efeito político da corrupção.

Do ponto de vista econômico, as práticas corruptas sempre teriam sido entendidas como nocivas, reduzindo o investimento e retardando o crescimento dos países⁶. Com efeito, de acordo com MAURO (2002), evidências empíricas apontam para o fato de a corrupção ser capaz de reduzir o crescimento econômico. Os mecanismos explicativos por trás dessas evidências são variados. Segundo o autor, a propina que os empresários precisam pagar nos países corruptos pode reduzir os incentivos ao investimento. Além disso, em países nos quais atividades *rent-seeking* são oportunidades mais lucrativas do que trabalhos produtivos, a alocação de talentos pode se dar de tal forma que os indivíduos mais talentosos e educados tendam a se engajar em atividades do tipo *rent-seeking*, e não no trabalho produtivo (MURPHY, SHLEIFER e VISHNY, 1991 *apud* MAURO, 2002). Entre outros impactos da corrupção, também pode-se destacar a má alocação dos recursos nos contratos públicos, que pode levar a uma baixa qualidade da infraestrutura e dos serviços públicos, e o seu efeito sobre a composição dos gastos públicos, já que os funcionários corruptos tenderão a empreender projetos públicos que permitam maiores retornos em termos de propinas (MAURO, 2002).

Sob o aspecto propriamente político da corrupção, SELIGSON (2002) relembra alguns trabalhos (como o de KEY, 1949; MERTON, 1957; e o de HUNTINGTON, 1968) que defendem o argumento “funcionalista”. De acordo com essa abordagem, sobretudo nos países em desenvolvimento, a corrupção poderia ser um meio de superar uma burocracia centralizada e rígida, impulsionando o desenvolvimento político nesses países. Uma literatura mais recente, todavia, inspirada em trabalhos que apontam o lado obscuro e negativo da corrupção, teria ressaltado o papel disfuncional da corrupção para as democracias, sobretudo no que se refere às suas consequências para a confiança institucional. Apenas nos anos precedentes ao trabalho de SELIGSON (2002), segundo o próprio autor, teriam surgido evidências empíricas, com o trabalho de DELLA PORTA (2000) e PHARR (2000), para confirmar a visão de que a corrupção leva à redução da legitimidade política. O *paper* de SELIGSON (2002), desse modo, busca responder a seguinte pergunta: a corrupção erode o

⁶ Sobre os efeitos econômicos da corrupção, ver também MAURO (1995).

apoio à legitimidade do governo ou, como querem os “funcionalistas”, promove o desenvolvimento do sistema político ao impulsionar o vínculo entre cidadão e Estado?

A variável independente da análise, corrupção, é mensurada a partir de perguntas de um *survey* sobre corrupção que contém tanto dados acerca da experiência com corrupção do respondente quanto da sua crença na legitimidade do governo. Sendo assim, a corrupção é mensurada a partir da experiência do entrevistado com práticas corruptas, como ter recebido um pedido de propina por um oficial da polícia e ter observado uma propina sendo paga a um funcionário público. Os achados de SELIGSON (2002) refutam a visão funcional da democracia na medida em que mostram que a corrupção corrói a legitimidade nos quatro países analisados. O autor utiliza uma série de variáveis de controle para testar essa relação. De um modo geral, pode-se destacar que o autor encontra uma relação negativa entre idade e apoio ao regime político; educação e apoio; e renda e apoio. Em relação à fidelidade partidária, o autor encontra que os indivíduos que apoiam o partido incumbente tendem a apoiar mais o sistema político do que aqueles respondentes que se mostraram seguidores da oposição. Contudo, mesmo controlando por demais variáveis independentes, o efeito da variável corrupção sobre a legitimidade do sistema permanece significativo e negativo.

Em síntese, apesar de alguns problemas metodológicos que podem ser encontrados em SELIGSON (2002), sobretudo pelo fato deste autor ter investigado apenas quatro países, o que impossibilita a generalização de seus achados, seu *paper* vai na mesma direção da literatura discutida aqui até então e traz novas evidências, dessa vez para o contexto latino-americano, das consequências negativas das práticas corruptas. De modo muito específico, por se utilizar de dados de *survey* e por analisar países da América Latina, esse artigo parece se aproximar da proposta do presente trabalho, apesar de não ter focado propriamente na confiança dos entrevistados nas instituições de seus países, mas sim em uma opinião quanto à legitimidade global do sistema político.

POWER e JAMISON (2005), tendo como cenário também a América Latina, analisam de forma explanatória as causas e consequências da desconfiança nos políticos na América Latina. Os autores sustentam que, no contexto latino-americano, a baixa confiança institucional deve ser entendida como parte de uma situação de desconfiança generalizada. Dito de outro modo, a baixa confiança que os cidadãos desses países depositam em seus representantes deve ser percebida como apenas um componente da desconfiança, existindo também a baixa confiança interpessoal, institucional e de apoio ao regime. Consoante os autores, os *surveys* realizados na América Latina mostram baixos níveis de confiança em quase todas as instituições, sejam elas políticas, sociais ou econômicas. Todavia, a região

também apresentaria baixíssimos níveis de confiança interpessoal, até menores do que os de confiança política.

POWER e JAMISON (2005) percebem que existem duas interpretações possíveis para esse contexto de desconfiança: uma negativa, que considera a desconfiança como sendo responsável pela insustentabilidade democrática; e uma mais positiva, que julga a desconfiança política apenas como reflexo de normas sociais mais amplas. Independente do tipo de interpretação que se considere, no entanto, os autores argumentam que não pode-se investigar a baixa confiança política na América Latina sem levar em consideração o contexto da região, marcado por uma crise de desconfiança mais ampla. POWER e JAMISON (2005) levantam algumas hipóteses para explicar a baixa confiança dos latino-americanos nos políticos de seus países. A primeira hipótese é de cunho econômico. Nesse sentido, são lembradas as dificuldades de gestão macroeconômica encontradas por diversos políticos da região, marcada por graves crises monetárias e fraca e desigual performance socioeconômica. O pobre desempenho econômico percebido pelo cidadão poderia ser capaz de diminuir a sua confiança nos políticos.

Para além da economia, a segunda hipótese está relacionada com a corrupção. Os recorrentes escândalos de corrupção na América Latina, aliados a uma maior divulgação da mídia, seriam responsáveis por diminuir a crença nos políticos. Por fim, a terceira hipótese está centrada no uso instrumental das instituições políticas. De acordo com POWER e JAMISON (2005), os latino-americanos desconfiam de seus políticos também porque estes manobram e conduzem as instituições de modo a alcançar seus objetivos pessoais, e não visando ao bem coletivo. Como consequência da desconfiança generalizada e, em especial, da desconfiança na classe política, os autores ressaltam o surgimento de políticos que, no intuito de se desvencilhar de uma imagem política negativa, acabam atacando as instituições democráticas representativas. Em outras palavras, a desconfiança poderia levar a um comportamento antipartidário e anti-institucional por alguns políticos, facilitando o surgimento de golpes autoritários e ameaçando, desse modo, o próprio sistema político.

3 CORRUPÇÃO E CONFIANÇA INSTITUCIONAL NO BRASIL

3.1 PROBLEMA DE PESQUISA E OBJETIVOS

Será que a corrupção na esfera pública impacta de forma significativa o nível de confiança que os brasileiros depositam nas instituições? Uma resposta positiva a esse questionamento pode parecer, de imediato, uma conclusão óbvia. Um exame mais aprofundado, todavia, traz à tona várias ressalvas e considerações. Pode-se imaginar que a corrupção impacta não a avaliação do sistema e das instituições políticas como um todo, mas apenas a avaliação dos governantes atuais. Além disso, a corrupção poderia ser uma prática tolerável e aceitável dentro da sociedade brasileira, como sugere uma abordagem culturalista.

Ainda pode-se argumentar que demais fatores estruturais, para além da corrupção, como a performance macroeconômica do país, são mais decisivos para explicar a confiança nas instituições e mesmo a avaliação dos governantes. Em outras palavras, o cidadão poderia confiar em instituições corruptas na medida em que estas, objetivamente, cumprem seu trabalho de forma eficaz. Todas essas ideias são apenas suposições. Tais conjecturas, no entanto, já foram trabalhadas pelos autores que investigam o objeto da corrupção, da confiança institucional e, sobretudo, pelos que examinam a relação entre esses dois objetos e a importância dos condicionamentos no nível do sistema e no nível do indivíduo.

Essas percepções distintas são úteis para evidenciar que o vínculo entre corrupção e confiança institucional não é assim tão óbvio quanto parece (ver: KOTZIAN, 2011; MORRIS e KLESNER, 2010; HAKHVERDIAN e MAYNE, 2012; e ANDERSON e TVERDOVA, 2003). A associação entre esses dois objetos de estudo torna-se ainda mais complexa e profunda quando se considera que, dentro dessa relação, indivíduos com características distintas uns dos outros responderão de maneira diversa à corrupção.

Além de indivíduos diferentes darem mais relevância a aspectos distintos da performance institucional, eles podem perceber a corrupção de maneiras distintas e, ainda, responder a essa prática de diversas formas. Como sugere KOTZIAN (2011), para um indivíduo desempregado, a taxa de desemprego pode ser mais relevante para determinar o nível de confiança institucional do que o nível de corrupção percebida. Outro indivíduo, por sua vez, pode reagir de forma mais branda a uma prática corrupta por apoiar o partido do governo ou mesmo por ter sido favorecido por este. Nesse sentido, além de utilizar na análise

um conjunto padrão de variáveis demográficas de controle, faz-se imprescindível controlar por uma série de variáveis individuais importantes para o entendimento da confiança institucional. Acredita-se, em suma, que certas variáveis individuais são de extrema utilidade para o trabalho, ajudando, junto com a corrupção, a explicar a confiança que os brasileiros depositam nas instituições. Mas quais seriam exatamente essas variáveis?

Para fins desse trabalho e com base nos demais trabalhos sobre o tema, sabe-se que será necessário fazer uso de uma série de variáveis de controle. Esses controles, que serão melhor detalhados adiante, são um padrão em todas as análises que, como esta, utilizam variações no nível do indivíduo, empregando dados de *surveys* por exemplo. Entre as variáveis que entram na análise, além das de corrupção e de confiança institucional, todavia, tem-se neste trabalho interesse especial também pelas seguintes: anos de escolaridade do entrevistado; voto na eleição presidencial de 2010; e uma variável que capte o *status* do respondente de beneficiário direto ou não do programa *bolsa família*. Entende-se que essas variáveis de cunho individual podem explicar o nível de confiança institucional que o respondente alega possuir. Como será que a corrupção sozinha impacta a confiança institucional? Será que esse efeito persiste quando variáveis de controle, que representam explicações alternativas a da corrupção, são introduzidas na análise?

Depois desses breves comentários, pode-se dizer que o problema de pesquisa se resume, na realidade, em duas questões principais:

- a) Qual o efeito da corrupção sobre a confiança institucional no Brasil?
- b) Como outras características no nível do indivíduo podem estar relacionadas com a confiança institucional no Brasil?

Os objetivos dessa análise, por sua vez, podem ser divididos no objetivo geral, que é o de investigar o efeito da corrupção e de outras características individuais sobre a confiança depositada pelos brasileiros nas instituições, e nos seguintes objetivos específicos:

- a) Analisar e dialogar com a literatura que trata da confiança institucional, sobretudo de suas causas e de sua relação com a corrupção.
- b) Especificar e explicar a metodologia do trabalho e como as variáveis serão mensuradas, apresentando o banco de dados que será utilizado.
- c) Fazer uma análise descritiva dos dados que serão trabalhados.
- d) Testar modelos estatísticos que possam comprovar ou não as hipóteses em estudo.
- e) Mostrar e interpretar os resultados da análise estatística, dando suporte ou não as hipóteses levantadas.

3.2 HIPÓTESES

Partindo da primeira questão de pesquisa proposta, presume-se a seguinte hipótese:

H₁: a corrupção apresenta um efeito negativo sobre a confiança que os respondentes dizem manter nas instituições.

Como resposta à segunda pergunta de pesquisa, que visa identificar o efeito de outras características individuais sobre a confiança institucional, conjectura-se as suposições abaixo:

H₂: a quantidade de anos de escolaridade do entrevistado tem um efeito negativo sobre a confiança institucional.

H₃: o voto do entrevistado no incumbente nas eleições presidenciais de 2010 impacta positivamente a confiança institucional.

H₄: o *status* do entrevistado de beneficiário direto do programa *bolsa família* tem um impacto positivo sobre a confiança institucional.

A construção da hipótese H₂ é derivada da leitura de HAKHVERDIAN e MAYNE (2012), que sugerem que indivíduos com menor grau de escolaridade, em contextos de elevada corrupção, por perceberem menos essa prática, apresentam uma confiança mais alta quando comparados com os indivíduos com nível de escolaridade mais alto. As hipóteses H₃ e H₄, por sua vez, são criadas com base no argumento de ANDERSON e TVERDOVA (2003), segundo o qual a fidelidade política do indivíduo para com o incumbente pode influenciar o nível de percepção da corrupção e, conseqüentemente, a confiança institucional.

3.3 METODOLOGIA

De acordo com Gschwend e Schimmelfenning (2011), os desenhos de pesquisa podem ser classificados em quatro tipos básicos. De um lado, pode-se fazer uma distinção entre os desenhos *factor-centric*, onde o interesse está focado no poder explicativo dos mecanismos e efeitos causais, e os desenhos *outcome-centric*, interessados em todas as explicações potenciais e alternativas que ajudam a entender um fenômeno específico. Este trabalho se enquadra no primeiro tipo, na medida em que busca estimar o tamanho e a direção do efeito da variável corrupção e de outras variáveis independentes na confiança política institucional.

Por outro lado, os desenhos de pesquisa, de acordo com os mesmos autores, também podem ser classificados em *small-n* ou *large-n*, dependendo do número de casos e de

observações que serão estudados. Apesar desta análise está interessada em apenas um caso (Brasil) em um período de tempo específico, serão investigadas múltiplas observações deste único caso (1500 entrevistas). Sendo assim, este desenho de pesquisa pode ser categorizado como sendo do tipo *large-n*. As unidades de análise (características e percepções dos brasileiros acerca principalmente da confiança nas instituições políticas brasileiras e da corrupção) já anunciam que o nível de análise será o do indivíduo. O tipo de desenho de pesquisa proposto está comumente associado com métodos quantitativos e testes estatísticos, estratégias que serão utilizadas aqui.

As variáveis de interesse para a solução do problema de pesquisa proposto são as especificadas abaixo:

<i>Variável Dependente</i>
Confiança nas instituições políticas
<i>Variáveis Independentes</i>
Corrupção Anos de escolaridade Voto para presidente em 2010 <i>Status</i> de beneficiário do programa <i>bolsa família</i>
<i>Variáveis de Controle</i>
Engajamento político Situação socioeconômica Confiança interpessoal Avaliação da situação socioeconômica do país Idade Tamanho do município em que mora

Quadro 1: Variáveis de interesse

Fonte: elaboração da autora.

Pretende-se mensurar essas variáveis a partir de perguntas existentes no *survey* “O Barômetro das Américas: Brasil, 2012”. Esse *survey* faz parte do *Latin American Public Opinion Project* (LAPOP) da Universidade *Vanderbilt* nos Estados Unidos que, desde 2012, permite o acesso gratuito a sua base de dados. O *survey* foi implementado com base em um desenho nacional por amostragem probabilística em múltiplos estágios, no qual os respondentes eram entrevistados em seus próprios domicílios. No Brasil, o tamanho da amostra foi de 1500 entrevistas e o erro amostral foi de 2,5% para mais ou para menos. Como dito anteriormente, cada variável listada acima será operacionalizada com base em determinadas questões existentes no “Barômetro das Américas” de 2012.

Para a variável dependente “confiança nas instituições políticas”, tem-se as perguntas abaixo. Suas respostas são dadas em uma escala de 1 a 7, onde 1 significa “nada” e 7 significa “muito”.

- a) “Até que ponto o(a) sr./sra. tem confiança no Congresso Nacional?”
- b) “Até que ponto o(a) sr./sra. tem confiança nos partidos políticos?”
- c) “Até que ponto o(a) sr./sra. tem confiança na Presidenta da República?”

Com a variável independente “corrupção”, estão relacionadas as seguintes perguntas:

- d) “Na sua opinião, qual é o problema mais grave que o país está enfrentando?” (corrupção é uma resposta livremente dada pelo entrevistado)
- e) “Até que ponto diria que o atual governo federal combate a corrupção no governo?” (escala de 1 a 7)
- f) “Considerando sua experiência ou o que ouviu falar dos funcionários públicos, a corrupção dos funcionários públicos é... ?” (como opções de respostas: muito comum; algo comum; pouco comum; nada comum; não sabe; não respondeu)

Sabe-se que o ideal para esta investigação seria a obtenção de dados da corrupção real existente no município onde o respondente vive. Sabe-se também, todavia, que tais informações, pela própria natureza do objeto em estudo, são de difícil obtenção e mensuração. Como a grande maioria da literatura que aborda a corrupção operacionaliza esse conceito com base na corrupção percebida e, tendo em vista que esta é a única forma possível, para fins deste trabalho, de mensurar o fenômeno pesquisado, adotar-se-á aqui a mesma estratégia. As perguntas de percepção de corrupção acima elencadas, afinal, são úteis para medir o julgamento que os entrevistados fazem do governo e dos funcionários públicos em relação à corrupção. Além de mensurar a percepção de corrupção e de combate a corrupção por parte do governo federal, essas perguntas também permitem mensurar o quanto a corrupção é enxergada como o problema nacional mais grave. Desse modo, faz-se possível investigar se a corrupção percebida pelo cidadão brasileiro ajuda a explicar o nível de confiança institucional que eles afirmam possuir.

Para a variável independente “educação”, será trabalhada a seguinte pergunta:

- g) “Qual foi o último ano de escola que o(a) sr./sra. terminou?”

A variável “voto para presidente em 2010” será mensurada a partir das perguntas:

- h) “Em qual dos candidatos o(a) sr./sra. votou para Presidente no primeiro turno das eleições presidenciais de 2010?”

Por fim, a variável independente “*Status* de beneficiário do programa *bolsa família*” será mensurada a partir das questões:

- i) “Agora falando especificamente sobre o Programa Bolsa Família, o(a) sr./sra. ou alguém em sua casa é beneficiário deste programa?”

As demais variáveis de controle, evidentemente, também serão mensuradas com base em questões encontradas no próprio *survey*, na medida em que são todas controles no nível do indivíduo. Desse modo, serão utilizadas, entre outras, perguntas que sondam nível de engajamento político do entrevistado, sua idade, sua condição socioeconômica e sua confiança nas demais pessoas. Uma investigação sobre a relação entre corrupção e confiança institucional, sem dúvida alguma, também precisaria contar com controles no nível do sistema. Afinal, variáveis como performance macroeconômica ou tempo de vida da democracia também são determinantes para explicar o porquê de as pessoas confiarem ou não nas instituições políticas. Todavia, como já exposto, esta análise pretende abarcar apenas a realidade de indivíduos em um único país e ano. Além disso, busca-se explicar a confiança institucional no nível federal, onde todas essas variáveis permanecem constante entre os entrevistados. Os indivíduos que participaram da pesquisa, no entanto, não habitam um único município, mas estão aleatoriamente espalhados entre as mais de cinco mil unidades administrativas do país. Desse modo, faz-se pertinente incluir uma variável de controle no nível municipal.

No *survey* em estudo, existe a especificação da quantidade de habitantes existente no município no qual foi realizado a entrevista, assim como sua posterior classificação em estratos de tamanho municipal. Emprega-se esse dado com o objetivo de incluir na análise um controle para além dos controles meramente individuais. Como comentado anteriormente, o desenho de pesquisa utilizado, baseado em *survey* e com foco no indivíduo, busca explorar os motivos e causas de comportamentos individuais distintos. Com foco em explicar a confiança institucional do brasileiro, busca-se, mais especificamente, entender como a corrupção percebida impacta na decisão do respondente de confiar ou não nas principais instituições políticas do país.

Por fim, depois de descrever como as variáveis serão mensuradas e como espera-se que elas se comportem, resta partir para a análise descritiva dos dados e para os modelos estatísticos que buscam estimar o efeito de cada variável independente (incluindo os termos interativos) sobre a variável dependente, ao mesmo tempo em que se utiliza uma série de outras características individuais como controles estatísticos. Antes de iniciar a próxima etapa, contudo, o quadro 1 apresentado abaixo pretende sintetizar a especificação de todas as variáveis de interesse e suas formas de mensuração.

Variáveis originais	Variáveis derivadas	Perguntas do Survey
Confiança nas instituições políticas	Confiança no Congresso Confiança nos partidos políticos Confiança na Presidenta	Até que ponto o(a) sr./sra. tem confiança no Congresso Nacional? Até que ponto o(a) sr./sra. tem confiança nos partidos políticos? Até que ponto o(a) sr./sra. tem confiança na Presidenta da República?
Corrupção	Percepção da corrupção como problema nacional mais grave Percepção de combate a corrupção pelo governo federal Percepção de corrupção dos funcionários públicos	Na sua opinião, qual é o problema mais grave que o país está enfrentando? Até que ponto diria que o atual governo federal combate a corrupção no governo? Considerando sua experiência ou o que ouviu falar dos funcionários públicos, a corrupção dos funcionários públicos é...?
Anos de escolaridade	Anos de escolaridade	Qual foi o último ano de escola que o(a) sr./sra. terminou?
Voto para presidente em 2010	Voto para presidente em 2010	Em qual dos candidatos o(a) sr./sra. votou para Presidente no primeiro turno das eleições presidenciais de 2010?
Status de beneficiário do programa <i>bolsa família</i>	Status de beneficiário do programa <i>bolsa família</i>	Agora falando especificamente sobre o Programa Bolsa Família, o(a) sr./sra. ou alguém em sua casa é beneficiário deste programa?
Engajamento político	Participação em protestos	Nos últimos doze meses, o(a) sr./sra., participou de alguma manifestação ou protesto público?
Situação socioeconômica	Renda familiar	Em qual das seguintes categorias se encontra a renda familiar mensal dessa casa, incluindo as remessas do exterior e a renda de todos os adultos e filhos que trabalham?
Confiança interpessoal	Confiança interpessoal	Agora, falando das pessoas daqui, o(a) sr./sra. diria que as pessoas daqui são:
Avaliação da situação econômica do país	Avaliação da situação econômica do país	Agora, falando da economia...Como o(a) sr./sra. avalia a situação econômica do país?
Tamanho do município que mora	Tamanho do município em que mora	Tamanho do município
Idade	Idade	Idade

Quadro 2: Variáveis e perguntas do survey “Barômetro das Americas (2012)” utilizadas para mensuração

Fonte: elaboração da autora.

4 ANÁLISE DESCRITIVA DOS DADOS

Este tópico é destinado à apresentação e organização dos dados referentes às variáveis que são incluídas na análise. Todas as variáveis trabalhadas, com exceção de “anos de escolaridade” e “idade” do entrevistado (variáveis de controle), são variáveis qualitativas. Dentre as variáveis utilizadas para mensurar a confiança institucional e a corrupção, apenas “Percepção da corrupção como problema nacional mais grave” é do tipo nominal (binária) e todas as outras são ordinais, possuindo categorias que podem ser classificadas em ordem. A análise descritiva dessas variáveis, desse modo, faz-se possível por meio de tabelas de distribuição de frequências, e não a partir de medidas de tendência central e variância, como nas análises descritivas de variáveis numéricas. Seguem abaixo as tabelas de frequência das variáveis de confiança institucional e de corrupção.

Tabela1: Distribuição de frequências dos entrevistados segundo nível de confiança no Congresso

Até que ponto confia no Congresso?	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)	Frequência Relativa Acumulada (%)
Nada	311	21.01	21.01
2	219	14.8	35.81
3	259	17.5	53.31
4	259	17.5	70.81
5	226	15.27	86.08
6	114	7.7	93.78
Muito	92	6.22	100
Total	1480	100	

Fonte: dados do “Barômetro das Américas (2012)”

Tabela 2: Distribuição de frequências dos entrevistados segundo nível de confiança nos partidos políticos

Até que ponto confia nos partidos?	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)	Frequência Relativa Acumulada (%)
Nada	448	30.15	30.15
2	265	17.83	47.98
3	278	18.71	66.69
4	234	15.75	82.44
5	153	10.3	92.73
6	67	4.51	97.24

Tabela 2: Distribuição de frequências dos entrevistados segundo nível de confiança nos partidos políticos

Até que ponto confia nos partidos?	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)	Frequência Relativa Acumulada (%)
Muito	41	2.76	100
Total	1486	100	

Fonte: dados do “Barômetro das Américas (2012)”

Tabela 3: Distribuição de frequências dos entrevistados segundo nível de confiança na Presidenta da República

Até que ponto confia na Presidenta?	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)	Frequência Relativa Acumulada (%)
Nada	125	8.36	8.36
2	97	6.49	14.85
3	160	10.7	25.55
4	225	15.05	40.6
5	343	22.94	63.55
6	288	19.26	82.81
Muito	257	17.19	100
Total	1495	100	

Fonte: dados do “Barômetro das Américas (2012)”

Como dito no tópico anterior, essas variáveis estão categorizadas em uma escala de sete pontos, sendo a primeira posição igual a “confia nada” e a última a “confia muito”. O primeiro ponto a ser destacado é o de que os entrevistados afirmam ser mais confiantes na Presidenta da República do que no Congresso e nos partidos políticos. Esta última instituição, na verdade, parece ser a menos confiável segundo os respondentes do *survey*. Mais de 30% destes disseram não confiar nada nos partidos políticos. Pode-se perceber também que essas três variáveis possuem um grau relativamente alto de dispersão entre as categorias. A moda e a mediana da variável “confiança na Presidenta”, contudo, diferentemente das duas outras variáveis, são iguais, o que significa que esta última possui uma menor variação e dispersão quando comparada às demais. Os gráficos que seguem ilustram bem as frequências, apresentadas acima nas tabelas, dos diferentes níveis de confiança nessas três instituições.

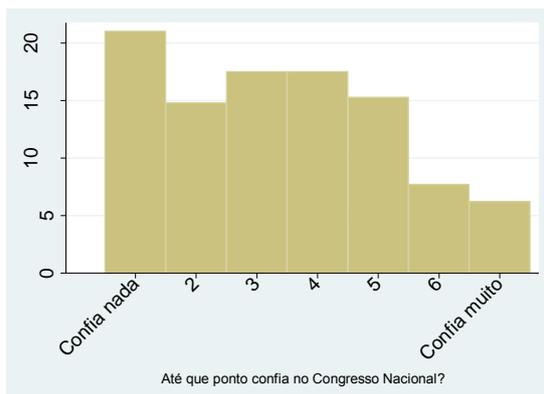


Gráfico 1: Confiança no Congresso
Fonte: elaboração da autora.

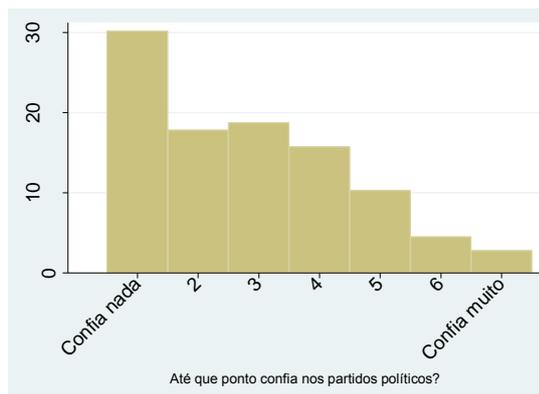


Gráfico 2: Confiança nos partidos
Fonte: elaboração da autora.

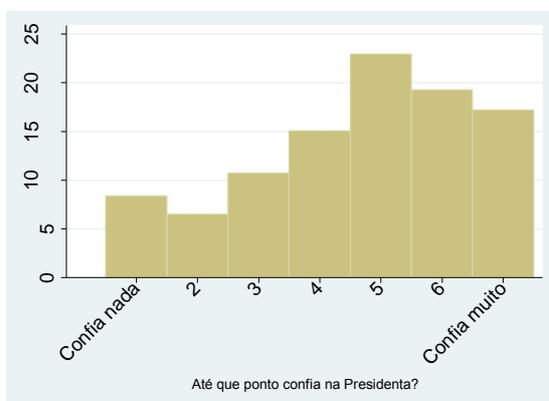


Gráfico 3: Confiança na Presidenta
Fonte: elaboração da autora.

A variável “Percepção de combate a corrupção pelo governo federal”, assim como as variáveis de confiança institucional, possui sete categorias que funcionam na mesma escala: 1 significa “combate nada” e 7 “combate muito”. Pode-se observar, com a ajuda da tabela e do gráfico 4, que a variável apresenta um alto grau de dispersão entre as categorias e que a maior parcela dos entrevistados acredita que o governo federal não combate em nada a corrupção. Importante perceber que a moda e a mediana não coincidem, o que contribui para afirmar que a variável possui um grau relativamente alto de dispersão.

Tabela 4: Distribuição de frequências dos entrevistados segundo percepção de combate a corrupção pelo governo federal

Governo federal combate a corrupção?	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)	Frequência Relativa Acumulada (%)
Nada	355	24.13	24.13
2	218	14.82	38.95
3	282	19.17	58.12
4	238	16.18	74.3

Tabela 4: Distribuição de frequências dos entrevistados segundo percepção de combate a corrupção pelo governo federal

Governo federal combate a corrupção?	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)	Frequência Relativa Acumulada (%)
5	188	12.78	87.08
6	98	6.66	93.75
Muito	92	6.25	100
Total	1471	100	

Fonte: dados do “Barômetro das Américas (2012)”

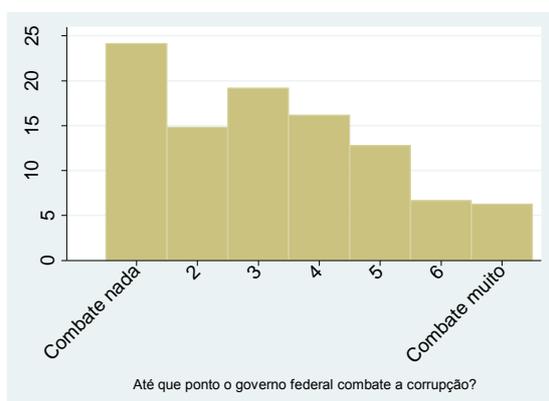


Gráfico 4: Combate a corrupção pelo governo federal

Fonte: elaboração da autora.

A corrupção medida pela variável “Percepção da corrupção como problema nacional mais grave” é uma variável *dummy* que assume o valor de 0 quando o respondente diz ser outro o problema mais grave do país (como, por exemplo, inflação, migração ou pobreza) e 1 quando este é relacionado com a corrupção. Esta pergunta foi transformada em uma variável binominal porque o intuito aqui é identificar se a corrupção é ou não percebida pelo entrevistado como o pior dos males enfrentados pelo Brasil. A ideia por trás desse questionamento é a seguinte: será que os indivíduos que consideram a corrupção como sendo o problema mais grave de seu país, confiam menos nas instituições políticas? Em outras palavras, essa resposta pode ajudar a explicar o nível de confiança do respondente? A tabela abaixo mostra a distribuição de frequência das duas categorias da variável e o gráfico 5 ilustra melhor esses dados.

Tabela 5: Distribuição de frequências dos entrevistados segundo percepção de corrupção como problema mais grave do país

Qual é o problema mais grave do país?	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)	Frequência Relativa Acumulada (%)
Outros	1333	89.1	89.1

Tabela 5: Distribuição de frequências dos entrevistados segundo percepção de corrupção como problema mais grave do país

Qual é o problema mais grave do país?	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)	Frequência Relativa Acumulada (%)
Corrupção	163	10.9	100
Total	1496	100	

Fonte: dados do “Barômetro das Américas (2012)”

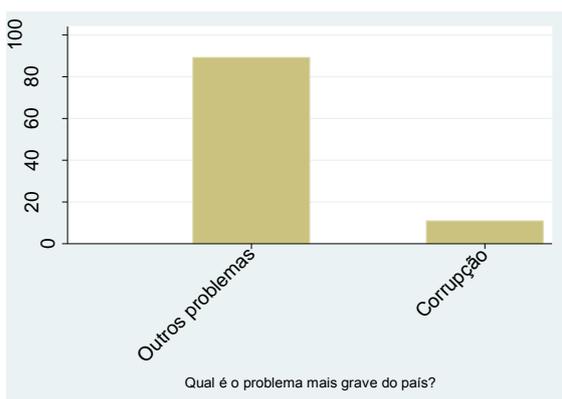


Gráfico 5: Problema nacional mais grave

Fonte: elaboração da autora.

Importante ressaltar que a pergunta do *survey* em análise que possibilitou a criação dessa variável *dummy* possuía uma resposta livre. Dito de outra forma, entre todos os problemas possíveis que o indivíduo poderia listar, desde a falta de saneamento básico ao tráfico de drogas, mais de 10% dos entrevistados escolheram a corrupção. A última variável de corrupção a ser aqui descrita diz respeito à “percepção de corrupção dos funcionários públicos”. Poder-se-ia imaginar que não faz tanto sentido incluí-la na análise, na medida em que esta não se refere propriamente à corrupção das instituições, mas sim dos funcionários que nelas trabalham. A imagem que os indivíduos possuem dos funcionários públicos, todavia, ajudam e moldam a imagem que as pessoas possuem das instituições públicas, inclusive das três instituições em análise. Afinal, são os funcionários os responsáveis por implementar as políticas e estratégias formuladas no Congresso e pela Presidenta, por exemplo. Como a pergunta não especifica a esfera em que o funcionário questionado trabalha, pode-se imaginar que esta é uma questão mais ampla, que abarca inclusive os que trabalham no nível federal. Dessa forma, a variável é incluída na análise porque faz sentido investigar se a percepção de corrupção desses funcionários afeta a confiança institucional que os indivíduos possuem. Como mostram os dados abaixo, a maior parte dos respondentes acredita que a corrupção dos funcionários é “algo comum”. Uma grande quantidade de pessoas também respondeu que esta é “muito comum”. Pode-se observar que o grau de dispersão é

relativamente baixo, com mais de 73% das respostas enquadradas nas duas primeiras categorias.

Tabela 6: Distribuição de frequências dos entrevistados segundo percepção de corrupção dos funcionários públicos

Percepção de corrupção dos funcionários públicos	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)	Frequência Relativa Acumulada (%)
Muito comum	440	31.7	31.7
Algo comum	585	42.15	73.85
Pouco comum	247	17.8	91.64
Nada comum	116	8.36	100
Total	1388	100	

Fonte: dados do “Barômetro das Américas (2012)”

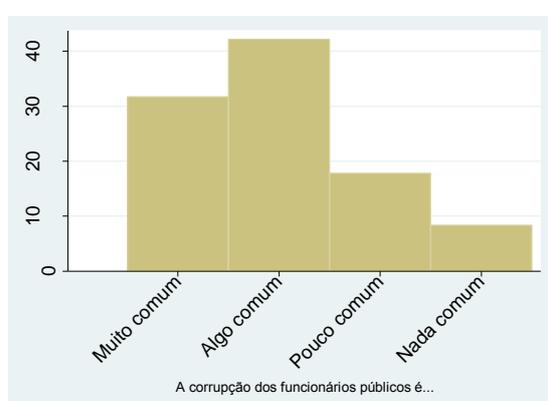


Gráfico 6: Corrupção dos funcionários públicos

Fonte: elaboração da autora.

Antes de mostrar alguns gráficos com a distribuição de outras variáveis independentes empregadas na análise, é importante ressaltar que, no *survey* “Barômetro das Américas” de 2012, existem quatro perguntas que sondam à experiência do entrevistado de já ter precisado pagar alguma propina em algum ambiente público. Essas questões, que seguem elencadas abaixo, são uma forma de medir a corrupção vivenciada, e não simplesmente a percebida. Sendo assim, elas teriam uma interessante participação nos testes estatísticos, ajudando a identificar se o modelo criado funciona melhor com outro tipo de mensuração da corrupção. Tal estratégia não foi aqui perseguida porque, como mostram as próximas quatro tabelas, a dispersão dos dados é baixíssima, tendo a esmagadora maioria das pessoas alegado que não precisaram pagar propina ou que sequer necessitaram utilizar o serviço público em questão. A inclusão dessas variáveis, sendo assim, traria grandes problemas de estimação. As perguntas são as seguintes: “Nos últimos doze meses algum funcionário público solicitou ao (à) sr./sra. uma propina (ou suborno)?”; “Para fazer algum pedido na prefeitura, durante o último ano,

o(a) sr./sra. teve que pagar algo à mais do que a lei manda?"; "Nos últimos 12 meses, para ser atendido em um hospital público ou em um posto de saúde, o(a) sr./sra. teve que pagar alguma propina (suborno)?"; "Nos últimos 12 meses, o(a) sr./sra. teve que pagar alguma propina (suborno) na escola ou colégio?":

Tabela 7: Distribuição de frequências dos entrevistados segundo pagamento de propina a funcionários públicos

Precisou pagar propina a funcionário nos últimos 12 meses?	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Não	1466	97,73
Sim	34	2,27
Total	1500	100

Fonte: dados do "Barômetro das Américas (2012)"

Tabela 8: Distribuição de frequências dos entrevistados segundo pagamento de propina na escola

Precisou pagar propina na escola nos últimos 12 meses?	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Não	625	41,67
Sim	30	2
Não utilizou o serviço	843	56,20
Total	1498	100

Fonte: dados do "Barômetro das Américas (2012)"

Tabela 9: Distribuição de frequências dos entrevistados segundo pagamento de propina na saúde

Precisou pagar propina na saúde nos últimos 12 meses?	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Não	833	55,53
Sim	51	3,40
Não utilizou o serviço	614	40,93
Total	1498	100

Fonte: dados do "Barômetro das Américas (2012)"

Tabela 10: Distribuição de frequências dos entrevistados segundo pagamento de propina na prefeitura

Precisou pagar propina na prefeitura nos últimos 12 meses?	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Não	274	18,27
Sim	17	1,13
Não utilizou o serviço	1203	80,20
Total	1494	100

Fonte: dados do “Barômetro das Américas (2012)”

Os gráficos seguintes mostram a distribuição de frequência das variáveis “*Status* de beneficiário do programa *bolsa família*” “voto para presidente em 2010” e “anos de escolaridade” do entrevistado.

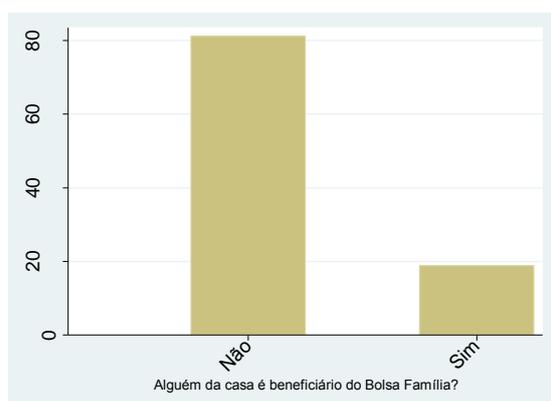


Gráfico 7: Beneficiário do *bolsa família*

Fonte: elaboração da autora.

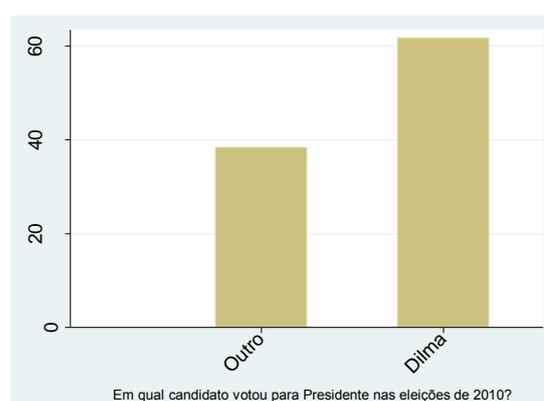


Gráfico 8: Voto em Dilma

Fonte: elaboração da autora.

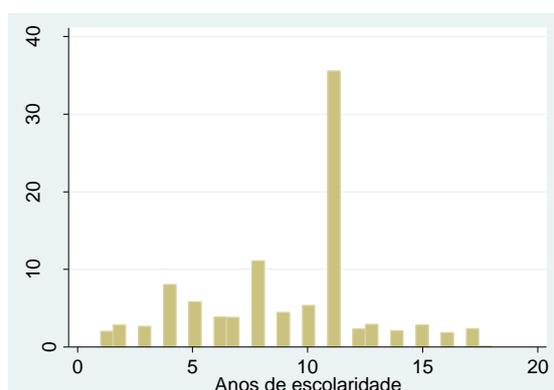


Gráfico 9: Anos de escolaridade do entrevistado

Fonte: elaboração da autora.

A variável referente ao voto para presidente está transformada em uma variável binária, na medida em que o interesse da análise é investigar se o fato de o indivíduo ter votado no incumbente influencia na avaliação do nível de confiança que aquele deposita nas

instituições em questão. Sendo assim, a categoria “outro”, no gráfico 8, comporta todas as respostas que não apontam Dilma como opção em 2010, incluindo os votos brancos e os entrevistados que afirmaram não ter votado. Por fim, no gráfico 9, pode-se perceber que mais de 35% dos indivíduos que participaram do *survey* possuem 11 anos de estudo⁷, o que equivale a ter concluído o terceiro ano do ensino secundário. No tópico seguinte, são apresentados os modelos estatísticos criados para explicar o nível de confiança que os entrevistados em 2012 afirmaram depositar no Congresso, nos partidos políticos e na Presidenta da República. Além dessas principais variáveis descritas acima, são utilizadas outras variáveis independentes de controle com o intuito de verificar se explicações alternativas às hipóteses aqui levantadas também servem para entender o objeto em estudo.

⁷ Os dados do *survey* em relação ao nível de escolaridade dos respondentes não coincidem com os dados oficiais apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). De acordo com o IBGE, em 2013, cerca de 29,9 % dos brasileiros possuíam entre 11 e 14 anos de estudo. Esse fato coloca em questão a qualidade e a representatividade da amostra desenhada pelo *survey* em questão.

5 MODELOS ESTATÍSTICOS

Apesar de as variáveis dependentes estarem codificadas em categorias de intervalo numérico, não é possível criar modelos de regressão linear, já que a variável dependente é categórica ordinal⁸. Desse modo, e para evitar que as categorias sejam tratadas como variáveis contínuas, com distâncias iguais entre os valores da escala, utilizam-se modelos de regressão ordinal. No *software* estatístico utilizado, *Stata*, o comando referente à criação do tipo de modelo desejado é o *ologit* (*Ordered logistic regression*). Ao todo, foram criados seis modelos estatísticos, dois para cada variável dependente. O primeiro modelo referente a cada uma das variáveis dependentes é gerado apenas com as três variáveis de corrupção. O segundo modelo, ao contrário, com o intuito de verificar se o tamanho e a significância do efeito da corrupção sobre a confiança institucional sobrevive quando controlado por demais variáveis, inclui algumas variáveis independentes que supostamente ajudam a explicar a confiança. O intuito de testar vários modelos é o de identificar qual explica melhor o objeto em estudo. Será que a corrupção influencia a confiança dos cidadãos nas principais instituições políticas de seu país? Será que esse efeito persiste quando controlado por variáveis que captam características individuais como, por exemplo, ser beneficiário do *bolsa família* ou ter votado no presidente incumbente?

Antes de mostrar os resultados do modelo, contudo, é interessante perceber que existem três diferentes medidas de corrupção a serem utilizadas. Se essas medidas estiverem fortemente associadas, podem gerar problemas no ajuste do modelo. Sendo assim, antes de incluí-las, faz-se necessário investigar a força da associação entre elas. Com esse intuito, são mostradas as tabelas e as medidas de associação abaixo. Como as variáveis não são numéricas, não é possível utilizar uma simples tabela de correlação. Desse modo, opta-se por calcular o teste *Goodman and Kruskal's gamma*, indicado para testar a associação entre duas variáveis ordinais, e o teste *Cramer's V*, utilizado quando pelo menos uma das duas variáveis é nominal. Os valores gerados por esses dois testes, diferente do teste *Chi-square*, oscilam entre 0 e 1 (*Cramer's V*) e -1 e 1 (*Goodman and Kruskal's gamma*), o que permite uma melhor interpretação do tamanho da associação encontrada. Como pode-se observar nas tabelas e nos coeficientes abaixo, essas três variáveis apresentam um efeito pequeno de

⁸ Como afirmam LONG e FREESE (2006), uma variável dependente ordinal viola os pressupostos de um modelo de regressão linear.

associação entre si e, por isso, podem ser incluídas dentro de um mesmo modelo estatístico sem gerar problemas na estimação.

Tabela 11: Medida de associação entre "combate a corrupção pelo governo federal" e "corrupção dos funcionários públicos"

Até que ponto o governo federal combate a corrupção?	A corrupção dos funcionários públicos é..				Total
	nada comum	pouco comum	algo comum	muito comum	
combate nada	121	130	46	28	325
2	68	87	36	16	207
3	76	125	48	21	270
4	62	99	45	20	226
5	46	76	33	11	166
6	29	40	19	6	94
combate muito	36	20	20	10	86
Total	438	577	247	112	1374

gamma= 0.0560 ASE= 0.030

Fonte: elaboração da autora.

Tabela 12: Medida de associação entre "corrupção como problema mais grave do país" e "corrupção dos funcionários públicos"

Qual é o problema mais grave do país?	A corrupção dos funcionários públicos é..				Total
	nada comum	pouco comum	algo comum	muito comum	
Outros	378	515	228	112	1233
Corrupção	62	69	18	4	153
Total	440	584	246	116	1386

Cramér's V= 0.1034

Fonte: elaboração da autora.

Tabela 13: Medida de associação entre "corrupção como problema mais grave do país" e "combate a corrupção pelo governo federal"

Qual é o problema mais grave do país?	Até que ponto o governo federal combate a corrupção?							Total
	não combate	2	3	4	5	6	combate muito	
Outros	292	191	257	214	174	90	87	1305
Corrupção	60	27	24	24	14	8	5	162
Total	352	218	281	238	188	98	92	1467

Cramér's V= 0.1213

Fonte: elaboração da autora.

5.1 RESULTADOS

Nas próximas três tabelas são apresentados os testes estatísticos para a confiança em cada uma das três instituições em análise. Como dito anteriormente, o primeiro modelo testa a relação apenas entre a confiança institucional e as três variáveis de corrupção. No segundo modelo, são introduzidas as variáveis independentes de controle. Como pode-se perceber a partir da *likelihood ratio chi-square* ($LR\ chi^2$) e do *p-value* ($Prob > \chi^2$) apresentados no fim de cada teste, os resultados mostram que todos os modelos construídos são, no geral, estatisticamente significantes quando comparado com o modelo “nulo” (sem nenhum desses preditores).

No final de cada modelo também é mostrado o *pseudo R²* que, embora não signifique, como o R^2 de uma regressão linear, a proporção da variância da variável dependente que é explicada pelos preditores do modelo, permite uma comparação dos seis modelos testados entre si. Ao descrever os comandos para a consecução dos testes, para fins de interpretação, foi selecionado uma opção que permite que os resultados sejam apresentados como *odds ratios* proporcionais. Os valores mostrados para cada variável incluída na análise, dessa forma, são as *odds ratios* (razões de probabilidade) geradas pelo *software*. Por isso, eles não apresentam sinal negativo e nem positivo. Os coeficientes abaixo de 1 indicam uma relação negativa e os acima de 1, positiva. Entre parênteses estão os *p-value* dos testes para cada variável.

5.1.1 CONFIANÇA NO CONGRESSO

Tabela 14:
Regressão Logística Ordenada da Confiança no Congresso

Variável	Modelo 1	Modelo 2
Corrup. problema mais grave	0.59 (0.001)	0.59 (0.003)
Combate a corrup. pelo governo fed.	1.45 (0.000)	1.42 (0.000)
Corrup. func. públicos	0.85 (0.003)	0.82 (0.002)
Anos de escolaridade		0.96 (0.053)

Tabela 14:
Regressão Logística Ordenada da Confiança no Congresso

Variável	Modelo1	Modelo 2
Voto pres. 2010		1.18 (0.137)
Renda familiar		0.97 (0.092)
Conf. interpessoal		1.30 (0.000)
Aval. sit. econômica do país		1.12 (0.075)
Tamanho do munic.		1.04 (0.505)
Idade		0.99 (0.057)
LR chi2	203.69	204.49
Prob > chi2 =	0.000	0.000
Pseudo R2 =	0.0399	0.0532
Log likelihood=	-2449.6723	-1818.4257

Fonte: elaboração da autora.

No Modelo 1 de regressão para a variável confiança no Congresso, todas as três variáveis de corrupção são estatisticamente significantes. Pode-se interpretar seus coeficientes como sendo as razões de probabilidade proporcionais para um aumento de uma única unidade da variável independente nos níveis da variável de confiança institucional, dado que as demais variáveis do modelo permanecem constantes.

Dito de outro modo, pode-se afirmar que para o aumento de uma única unidade na “percepção da corrupção como variável mais grave do país” as razões de probabilidade da categoria mais alta de confiança no Congresso *versus* as das demais categorias desta variável são 0.59 vezes menor (dado que as demais variáveis permanecem constantes no modelo). Sendo assim, para os entrevistados que classificaram a corrupção como o problema mais grave do país, as razões de probabilidade do nível máximo de confiança institucional *versus* os demais níveis de confiança são 0.59 vezes menor. Esse achado é compatível com as expectativas: essa medida de percepção de corrupção impacta negativamente o nível de confiança institucional do entrevistado.

Da mesma forma da explicada acima, pode-se interpretar os valores das variáveis “combate a corrupção pelo governo federal”, que apresentou a direção positiva esperada, e “corrupção dos funcionários públicos”, que possui um efeito negativo, também esperado, sobre a variável dependente. Em resumo, o Modelo 1, *a priori*, confirma a Hipótese 1 (H_1 : a

corrupção apresenta um efeito negativo sobre a confiança que os respondentes dizem manter nas instituições). Será que esse efeito persiste com a inclusão das variáveis de controle?

O Modelo 2 mostra que essas três variáveis permanecem sim estatisticamente significantes, apresentando razões de probabilidade bem parecidas com a do Modelo 1. As hipóteses H^2 , H^3 e H^4 , no entanto, não foram comprovadas: anos de escolaridade, voto para presidente em 2010 e *status* de beneficiário do *bolsa família* não são estatisticamente significantes na análise, não sendo bons preditores para o nível de confiança no Congresso. Interessante ressaltar que a variável de confiança interpessoal é estatisticamente significativa e, apesar de não estar presente em nenhuma das hipóteses levantadas, apresenta o efeito positivo preconizado pelas teorias culturalistas, focadas no ambiente socio-cultural dos indivíduos e apresentadas no capítulo 2.

5.1.2 CONFIANÇA NOS PARTIDOS POLÍTICOS

Tabela 15:
Regressão Logística Ordenada da Confiança nos partidos políticos

Variável	Modelo 1	Modelo 2
Corrup. problema mais grave	0.68 (0.015)	0.83 (0.316)
Combate a corrup. pelo governo fed.	1.42 (0.000)	1.39 (0.000)
Corrup. func. Públicos	0.88 (0.024)	0.85 (0.012)
Anos de escolaridade		0.98 (0.520)
Voto pres. 2010		1.16 (0.200)
Beneficiário <i>bolsa família</i>		0.79 (0.164)
Participação em protestos		0.73 (0.258)
Renda familiar		0.96 (0.028)
Conf. Interpessoal		1.32 (0.000)
Aval. sit. econômica do país		1.18 (0.009)
Tamanho do munic.		1.01 (0.849)
Idade		0.99 (0.176)

Tabela 15:
Regressão Logística Ordenada da Confiança nos partidos políticos

	Modelo 1	Modelo 2
LR chi2	172.96	162.34
Prob > chi2 =	0.0000	0.0000
Pseudo R2 =	0.0361	0.0453
Log likelihood=	-2306.4697	-1709.84444

Fonte: elaboração da autora.

No Modelo 1 da tabela 15, os três preditores de corrupção continuam com a direção do efeito esperada: apenas a variável que mensura o nível de combate a corrupção pelo governo federal aponta uma relação positiva entre a variável dependente; e as duas outras mostram um “sinal” negativo. Em outras palavras, quanto mais corrupção, ou quanto menos combate a corrupção, menores as razões de probabilidade do nível de confiança nos partidos políticos. A significância estatística da variável “corrupção dos funcionários públicos” e “corrupção como problema mais grave do país”, todavia, não é satisfatória. Ao comparar o *pseudo R²* do Modelo 1 da confiança no Congresso com o Modelo 1 da confiança nos partidos, percebe-se que no primeiro caso há um melhor ajuste do modelo. Como comentado anteriormente, é errado interpretar o *pseudo R²* com o R^2 de um modelo de regressão linear. Isoladamente, a interpretação dessa medida não faz tanto sentido. Contudo, o *pseudo R²* é útil para comparar modelos: valores mais altos indicam um melhor ajuste.

Quando incluídas, as variáveis de controle não alteram a significância estatística da variável de combate a corrupção. Seu coeficiente é interpretado da seguinte forma: para o aumento de uma unidade dessa variável independente, as razões de probabilidade do maior nível de confiança nos partidos, quando comparado com os menores níveis de confiança, são transformadas por um fator de 1.39 (são 1.39 vezes maior). Assim como no caso da confiança no Congresso, as hipóteses H^2 , H^3 e H^4 não foram comprovadas visto que “anos de escolaridade”, “voto para presidente em 2010” e “*status* de beneficiário do *bolsa família*” não são estatisticamente significantes.

Novamente, a confiança interpessoal é estatisticamente significativa e apresenta o “sinal” esperado. A variável “avaliação da situação econômica do país” também é estatisticamente significativa e possui uma relação positiva com a variável dependente: melhor a avaliação da situação econômica do país pelo entrevistado, maiores as razões de probabilidade do nível de confiança nos partidos políticos. Esse achado, apesar de não estar incluído nas hipóteses, é favorável à abordagem que considera a performance institucional

como principal fator de explicação para a confiança, já que performance macroeconômica, assim como a corrupção, são medidas de performance institucional.

5.1.3 CONFIANÇA NA PRESIDENTA DA REPÚBLICA

Tabela 16:
Regressão Logística Ordenada da Confiança na Presidenta da República

Variável	Modelo 1	Modelo 2
Corrup. problema mais grave	0.70 (0.021)	0.77 (0.154)
Combate a corrup. pelo governo fed.	1.41 (0.000)	1.42 (0.000)
Corrup. func. Públicos	1.02 (0.632)	1.03 (0.545)
Anos de escolaridade		0.99 (0.748)
Voto pres. 2010		2.49 (0.000)
Beneficiário <i>bolsa família</i>		1.18 (0.308)
Participação em protestos		0.87 (0.611)
Renda familiar		0.98 (0.344)
Conf. Interpessoal		1.29 (0.000)
Aval. sit. econômica do país		1.19 (0.007)
Tamanho do munic.		1.16 (0.034)
Idade		1.01 (0.022)
LR chi2	161.15	246.06
Prob > chi2 =	0.0000	0.0000
Pseudo R2 =	0.0315	0.0647
Log likelihood=	-2475.4221	-1778.114

Fonte: elaboração da autora.

Os resultados da regressão para a confiança na Presidenta da República apontam que, quando incluídas as três variáveis de corrupção, apenas a variável de combate, novamente, apresenta uma significância estatística satisfatória. O “sinal” de seu coeficiente continua positivo e, quando introduzidos os controles, no Modelo 2, a variável praticamente não altera

o tamanho e a direção de seu efeito sobre a confiança na Presidenta. Interessante perceber que, no segundo modelo, a variável “voto para presidente em 2010”, com um coeficiente de 2.49, é estatisticamente significativa, sendo, como era de se esperar, um bom preditor para a confiança na Presidenta.

Faz bastante sentido imaginar que os entrevistados que elegeram o incumbente alegam possuir um maior nível de confiança na instituição da Presidência. Também faz sentido argumentar que esses eleitores, por gostarem do presidente, talvez possam afirmar que o governo federal combate muito a corrupção. Se fosse o caso, a variável “combate a corrupção pelo governo federal”, estatisticamente significativa no Modelo 1, poderia estar representando uma relação espúria. Quando a regressão é controlada pela variável do voto, contudo, o combate a corrupção continua sendo um bom preditor da confiança. Além disso, as variáveis do voto e de combate a corrupção não são fortemente associadas, apresentando um *Cramér's V* de apenas 0.09.

A avaliação da situação econômica do país também é estatisticamente significativa: um aumento de uma unidade dessa variável provoca um aumento de 1.19 nas razões de probabilidade do nível mais alto de confiança na Presidenta quando comparado com os níveis mais baixos, estando todas as demais variáveis constantes. Novamente, as hipóteses H_2 e H_4 não foram comprovadas. O Modelo 2 da regressão de confiança na Presidenta, dentre todos os seis modelos testados, é o que apresenta um melhor ajuste, como evidenciado pelo valor mais alto de seu *pseudo R²*.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com NEWTON e NORRIS (2000), a erosão na confiança das principais instituições públicas é uma ameaça muito mais séria à democracia do que a perda da confiança nas demais pessoas da comunidade ou mesmo nos políticos. Os autores sugerem que a erosão da confiança nos líderes políticos é algo natural nos regimes democráticos, está mais sujeita às mudanças no curto prazo e é decorrente da avaliação da performance dos incumbentes. A confiança nas instituições, ao contrário, seria um fenômeno mais amplo, impessoal e menos baseado em eventos específicos e isolados. Por isso, esses autores argumentam que a confiança nas instituições pode ser um melhor indicador, dentre as medidas de apoio político, para medir a insatisfação política dos cidadãos com o mundo moderno. Tendo em vista a relevância teórica e empírica da confiança institucional para o mundo da política, este trabalho pretendeu investigar se o objeto em questão é impactado negativamente pelo nível de corrupção.

Mais especificamente, a corrupção foi aqui mensurada como: o nível de percepção que os entrevistados possuem em relação ao combate dessa prática pelo governo federal; uma resposta que capta se o respondente considera a corrupção como problema mais grave do país; e, por fim, uma medida de percepção de corrupção entre os funcionários públicos. Em relação a variável dependente, confiança institucional, foram testados diferentes modelos estatísticos: dois para a confiança no Congresso; dois para a confiança nos partidos políticos; e dois para a confiança na Presidenta da República. Todos os modelos apresentaram significância estatística, embora o Modelo 2 da regressão para a confiança na Presidenta tenha apresentado o melhor ajuste.

Dentre as variáveis de corrupção, apenas a “combate a corrupção pelo governo federal” apresentou significância estatística satisfatória nos seis modelos. Os resultados, contudo, corroboram a hipótese H_1 : a corrupção (percepção) apresenta um efeito negativo sobre a confiança que os respondentes dizem manter nas instituições. As hipóteses H_2 e H_4 , no entanto, não foram sustentadas pelos testes estatísticos. Afinal, as variáveis “*status* de beneficiário do *bolsa família*” e “anos de escolaridade” não parecem ser bons preditores de nenhum dos três tipos de confiança analisados. A hipótese H_3 foi confirmada apenas na regressão que empregou a confiança na Presidenta como variável dependente. Esse resultado já era bem esperado na medida em que essa hipótese supõe uma relação positiva entre voto para presidente em 2010 e confiança na Presidenta.

No capítulo 2 deste trabalho, destinado a uma revisão da literatura, abordou-se diversos autores que estudam o apoio político, a confiança institucional e a relação entre esses objetos e diversas outras variáveis. No fim da revisão, foram elencados alguns trabalhos que trataram especificamente da relação entre confiança e corrupção (por exemplo, HAKHVERDIAN e MAYNE, 2012; ANDERSON e TVERDOVA, 2003; MORRIS e KLESNER, 2010; SÖÖT e ROOTALU, 2012; CHANG e CHU, 2006). A corrupção, contudo, como foi bem ressaltado no decorrer do trabalho, não é o único fator relevante para o entendimento do nível de confiança dos cidadãos. Para fins de recapitulação, importante reforçar a ideia de que o apoio e a confiança política podem ser explicados a partir de diversas abordagens, como as explicações baseadas nas características socio-psicológicas dos indivíduos ou aquelas centradas em seus contextos culturais.

A hipótese principal deste trabalho, todavia, ao testar a relevância de variáveis que mensuram a corrupção, faz parte de uma abordagem centrada na performance institucional. Se algumas abordagens argumentam que traços inerentes a personalidade humana, trajetórias de vida ou experiências individuais decorrentes do processo de socialização são importantes para produzir confiança política, a abordagem centrada na performance institucional argumenta que a formação da confiança depende da eficiência e da alta performance das instituições, que podem ser medidas também pelo nível de corrupção.

Com a comprovação da hipótese H_1 , pode-se afirmar que o trabalho contribuiu no sentido de apoiar as teorias que apregoam a importância da performance institucional para a criação de apoio e confiança política, mais especificamente aquelas que utilizam a corrupção como medida de performance. Como principal implicação desse resultado, pode-se afirmar que níveis mais altos de confiança nas três instituições analisadas podem ser alcançados com a diminuição da corrupção ou, mais especificamente, com a menor percepção de corrupção por parte dos brasileiros e com a maior percepção de que o governo combate muito essa prática ilícita. Uma boa forma de aumentar a credibilidade e a confiança nas instituições, dessa forma, pode ser alcançada a partir do trabalho e da melhoria da performance dessas mesmas instituições. Um fato intrigante, contudo, precisa ser destacado: a confiança interpessoal apresentou significância estatística nos três modelos que a incluíram. Esse fato apoia as abordagens centradas no ambiente socio-cultural dos indivíduos.

De acordo com as explicações de cunho socio-culturalista, experiências individuais decorrentes do processo de socialização, como envolvimento em atividades voluntárias e nível de educação dos indivíduos, são responsáveis por produzir a confiança interpessoal que, por sua vez, ajuda a criar organizações sociais e instituições políticas fortes e confiáveis.

Dessa forma, essa abordagem relaciona engajamento cívico com aumento da confiança interpessoal e, conseqüentemente, com a ampliação da confiança política. Embora a variável de engajamento político, mensurada pela participação em protestos, não tenha mostrado significância estatística em nenhum dos modelos, a confiança interpessoal se mostrou um relevante preditor na análise. Pode-se imaginar que, ou o engajamento político está mal e insuficiente mensurado pela variável “participação em protestos”, ou a confiança interpessoal está relacionada com a confiança política via outro mecanismo, que não o explicado pelas teorias culturalistas, sobretudo as centradas no capital social. O fato de o entrevistado que diz confiar mais em seus cidadãos apresentar um nível mais alto de confiança institucional poderia ser explicado, por exemplo, por traços de personalidade inerentes ao entrevistado, e não pelo mecanismo causal que relaciona confiança interpessoal, engajamento cívico e confiança política. Essa indagação, contudo, foge aos propósitos desse trabalho.

Por fim, cabe ressaltar algumas limitações deste estudo. O principal cuidado que se deve tomar é o de não generalização dos achados, dado o desenho de pesquisa escolhido, que analisa dados de um único ano e de um único país. Além disso, é importante ter cautela na interpretação dos resultados, na medida em que a corrupção é aqui mensurada como percepção de corrupção, e não como corrupção real. Relacionado com esse problema, pode-se inquirir também uma interrogação intrigante e de total relevância para estudos como este: o de entender por que certos brasileiros, inseridos em um contexto no qual a corrupção é quase sempre vista como grande e generalizada, acabam por não a perceber. Em outras palavras, investigar quais fatores ajudam a moldar a percepção de corrupção dos brasileiros. A questão, todavia, também não faz parte dos objetivos estabelecidos neste estudo, podendo ser inserida dentro de uma agenda de pesquisa.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, C. J; TVERDOVA, Y. V. Corruption, political allegiances, and attitudes toward government in contemporary democracies. **American Journal of Political Science**, v. 47, n. 1, p. 91-109, jan. 2003.
- CHANG, E. C. C.; CHU, Y. Corruption and trust: exceptionalism in Asian democracies? **The Journal of Politics**, v. 68, n. 2, p. 259-271, mai. 2006.
- CITRIN, J. Comment: the political relevance of trust in government. **The American Political Science Review**, v. 68, p. 973-988, set. 1974.
- CRIADO, H.; HERREROS, F. Political support: taking into account the institutional context. **Comparative Political Studies**, v. 40, n. 12, p. 1511-1532, nov. 2007.
- CRUZ-COKE, M. L. Between stability and crisis in Latin America. **Journal of Democracy**, v. 12, n. 1, jan. 2001.
- DALTON, R. J. Political support in advanced industrial democracies. In: NORRIS, P. (org). **Critical citizens: global support for democratic governance**. Oxford University Press, 1999.
- DELLA PORTA, D. Social Capital, Beliefs in Government, and Political Corruption. In: PHARR, S. J.; PUTNAM, R. D. (org). **Disaffected Democracies: what's troubling the trilateral countries?** Princeton University Press, 2000.
- EASTON, D. **A systems analysis of political life**. New York: Wiley, 1965.
- GSCHWEND, T.; SCHIMMELFENNING, F. Introduction: designing research in political science – a dialogue between theory and data. In: **Research design in political science: how to practice what they preach**. GSCHWEND, T.; SCHIMMELFENNING, F. (org.). Palgrave Macmillan, 2011.
- HAKHVERDIAN, A.; MAYNE, Q. Institutional trust, education, and corruption: a micro-macro interactive approach. **The Journal of Politics**, v. 74, n. 3, p. 739-750, jul. 2012.
- HETHERINGTON, M. J. The political relevance of political trust. **The American Political Science Review**, v. 92, n. 4, p. 791-808, dez. 1998.
- HUNTINGTON, S. P. **Political order in changing societies**. New Haven: Yale University Press, 1968.
- KEY, J. V. O. **Southern politics in state and nation**. New York: Vintage Books, 1949.
- KOTZIAN, P. Conditional trust: the role of individual and system-level features for trust and confidence in institutions. **Zeitschrift für Vergleichende Politikwissenschaft**, v.5. n. 25, p. 25-49, 2011.

LONG, J., S.; FREESE, J. **Regression models for categorical dependent variables using Stata**. College Station: Stata Press, 2006.

MAURO, P. The effects of corruption on growth and public expenditure. In: HEIDENHEIMER, A. e JOHNSTON, M. **Political Corruption: concepts and contexts**. 2002.

MAURO, P. Corruption and growth. **The Quarterly Journal of Economics**. V. 110, n. 3, p. 681-712, ago. 1995.

MERTON, R. K. **Social theory and social structures**. New York: Free Press, 1957.

MILLER, A. H. Political issues and trust in government: 1964-1070. **The American Political Science Review**, v. 68, p. 951-974, set. 1974.

MISHLER, W.; ROSE, R. What are the origins of political trust? Testing institutional and cultural theories in Post-communist societies. **Comparative Political Studies**, v. 34, n. 1, p. 30-62, fev. 2001.

MARIEN, M.; HOOGHE, M. Does political trust matter? An empirical investigation into the relation between political trust and support for law compliance. **European Journal of Political Research**, v. 50, p. 267-291, 2011.

MAURO, P. The effects of corruption on growth and public expenditure. In: HEIDENHEIMER, A. e JOHNSTON, M. **Political Corruption: concepts and contexts**. 2002.

MORRIS, S. D; KLESNER; J. L. Corruption and Trust: theoretical considerations and evidence from Mexico. **Comparative Political Studies**, v. 43, n. 10, p. 1258-1285, 2010.

NEWTON, K. Political support: social capital, civil society and political and economic performance. **Political Studies**, v. 56, p. 846-864, 2006.

NEWTON, K; NORRIS, P. Confidence in public institutions: faith, culture, or performance? In: PHARR, S. J.; PUTNAM, R. D. (org). **Disaffected Democracies: what's troubling the trilateral countries?** Princeton University Press, 2000.

NORRIS, P. Introduction: the growth of critical citizens. In: NORRIS, P. (org). **Critical citizens: global support for democratic governance**. Oxford University Press, 1999.

NORRIS, P. **Democratic deficits: critical citizens revisited**. Cambridge University Press, 2011.

PHARR, S. J.; PUTNAM, R. D. (org). **Disaffected Democracies: what's troubling the trilateral countries?** Princeton University Press, 2000.

PHARR, S. Officials' misconduct and public distrust: Japan and the Trilateral Democracies. In: PHARR, S. J.; PUTNAM, R. D. (org). **Disaffected Democracies: what's troubling the trilateral countries?** Princeton University Press, 2000.

PIERSON, P. Increasing returns, path dependence, and the study of politics. **The American Political Science Review**, v. 94, n. 2, p. 251-267, jun. 2000.

POWELL, G. B. Constitutional design and citizen electoral control. **Journal of Theoretical Politics**, v. 1, n. 2, p. 107-130, abr. 1989.

POWER, T. J.; JAMISON, G. D. Desconfiança política na América Latina. **Opinião Pública**, Campinas, v. 11, n. 1, p. 64-93, mar. 2005.

SCHNEIDER, C. Q. Prospects for the consolidation of Latin American democracies: rethinking the role of corruption and institutional trust. **Sociologia, Problemas e Práticas**, n. 42, p. 65-90, 2003.

SELIGSON, M. A. The impact of corruption on regime legitimacy: a comparative study of four Latin American countries. **The Journal of Politics**, v. 64, n. 2, p. 408-433, mai. 2002.

SÖÖT, M.; ROOTALU, K. Institutional trust and opinions of corruption. **Public Administration and development**, v. 32, p. 82-95, 2012.

WEATHERFORD, M., S. How does government performance influence political support? **Political Behavior**, v. 9, n. 1, p. 5-28, 1987.